



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 13/X-2º/2010-11

1 - Aos dezasseis dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas 21H15, no Salão da Cooperativa IRMANADORA, sitas na Rua Jerónimo Dias, nº 1-A, na Costa da Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Junho, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Eleição do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alienação da Parcela de Terreno, com área de 7.055,00 m² na Av.ª 25 de Abril, em Cacilhas" destinada a estacionamento de uso público/comércio/serviços/habitação.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alienação da Parcela de Terreno, com área de 3.898,00 m² na Rua Borges do Rego, no Laranjeiro" destinada a estacionamento de uso público, comércio, serviços, habitação.

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alienação do Prédio Urbano, com área de 7.750,00 m², na Av.ª 23 de Julho, no Laranjeiro" destinada a estacionamento de uso público/comércio/serviços/habitação.

3.6 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1462/X-2º), (**Conforme Anexo I**).

- O Senhor Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1480/X-2º), (**Conforme Anexo II**).

- A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1473/X-2º), (**Conforme Anexo III**).

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1502/X-2º), (**Conforme Anexo IV**).

- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1503/X-2º), (**Conforme Anexo V**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1504/X-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1450/X-2º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes, com Ausência no dia 16 de Junho de 2011 (Ent. 1437/X-2º), (**Conforme Anexo VIII**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, da eleita Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e por impedimento do cidadão Sr. José Mário Castelhana Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVIII e XIX**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).
- O Candidato Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).
- A Candidata Senhora Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII**).
- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais e por impedimento da cidadã Sr.ª Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXIII e XXIV**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Candidata Senhora Filomena Maria da Silva, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Junho, do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXV**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Cacilhas, Feijó e Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor Rui Ribeiro Perdigão, a Senhora Anabela de Matos Tavares e o Sr. Brás Marcos Mira Borges, respectivamente, (**Conforme Anexos XXVI, XXVII e XXVIII**).
- 4.3** - O Presidente da Assembleia deu nota da Renúncia ao Mandato da Deputada Municipal Sr.ª Maria Luísa Beato e da substituição passando a efectividade de funções a Sr.ª Margarida Hasse Ferreira, conforme Editais Nº 83/X-2º e Nº 84/X-2º.
- 4.4** - O Presidente deu nota do Expediente Recebido do nº 1100/X-2º ao nº 1455/X-2º, do Expediente Enviado do nº 338/X-2º ao nº 401/X-2º; dos E-mail Enviados e Recebidos, E-mail recebido no período de 18 Abril a 13 de Junho de 2011 e E-mail enviado no período de 18 de Abril a 09 de Junho de 2011; informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 15/X-2º/2010-2011, da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 04/X-2º/2010-2011 (Período de 26 Abril a 13 Junho de 2011), das Actas Nº 8/X-2º/2010-11, 9/X-2º/2010-11, 10/X-2º/2010-11, 11/X-2º/2010-11 e 12/X-2º/2010-11 e das Minutas das Actas Nº 8/X-2º/2010-11, 9/X-2º/2010-11, 10/X-2º/2010-11, 11/X-2º/2010-11 e 12/X-2º/2010-11, para aprovação e ratificação.
- 4.5** - O Presidente da Assembleia informou:
- Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9 do Regimento da Assembleia, que:
- Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um requerimento em que solicita a "Carta de Ruído do Concelho de Almada.
 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 9 de Maio, com o nº 1319/X-2º e foi numerado com o Nº 07/CDS.
 - O requerimento foi remetido à Câmara Municipal em 13 de Maio, através do ofício nº 381/X-2º.
 - A Câmara Municipal respondeu ao requerimento através do ofício nº 328/GP, de 9 de Junho, dando entrada nos serviços da Assembleia a 14 de Junho com o nº 1469/X-2º
 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 403/X-2º, de 15 de Junho.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1** - Usou da palavra a Múncipe Exm.ª Senhora Maria Teresa Costa Sales, residente na Costa da Caparica.
- 5.1.1** - A Múncipe Exm.ª Senhora Maria Teresa Costa Sales:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria de falar num assunto que me é muito querido.

Numa época de crise e políticos neoliberais, um dos principais alvos dos cortes orçamentais é sobretudo a cultura. Em contra corrente julgamos, eu e várias pessoas com quem coabito e com quem falo, que a cultura é fundamental para o desenvolvimento de uma população. Neste caso refiro-me à Costa da Caparica, alvo de uma política que não tem contemplado este item. Assim, venho lembrar uma aspiração antiga que é a obtenção de uma biblioteca, aliás como existe em quase todas as Freguesias deste Concelho. Uma biblioteca dotada de meios audiovisuais e com capacidade de uma oferta diversificada que vai da simples leitura individual à possibilidade de debates culturais e de leituras colectivas que fortaleçam a cultura numa Cidade que não tem realmente nada de cariz cultural.

A Costa da Caparica para além dos turistas que nos visitam e aos quais não temos ofertas culturais que os fixem, existem os seus habitantes com as suas necessidades específicas e é para eles que a biblioteca faz sentido. E enquanto não existe uma biblioteca física e construída da raiz na Costa, eu faço uma sugestão, uma biblioteca itinerante, é sempre melhor do que nada e pode ser um veículo transmissor de cultura para quem é tão carenciado como esta população. Já agora, relembro ainda que na última vez que falei aqui, falei na galeria de arte, essa sim é uma forma de fixar os turistas e de dar-lhes qualquer coisa para além do Sol e da água que é muito pouco."

5.2 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Inês Mendes Alves Pereira de Abreu, residente na Costa da Caparica.

5.2.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Maria Inês Mendes Alves Pereira de Abreu:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Público, trabalhadores da Autarquia e Comunicação Social

Muito Boa Noite a todos!

Conforme foi trazido ao vosso conhecimento no dia 17 de Dezembro do ano passado, pela denúncia pública aqui feita por uma cidadã de Almada, o meu Pai, Eng. Jorge Abreu está a ser vítima de intolerável e vergonhoso "mobbing" desde há cerca de 15 meses, por parte dos SMAS de Almada.

Inúmeras têm sido as situações discriminatórias e lesivas que alguns dirigentes dos SMAS têm vindo a praticar contra os direitos de um trabalhador cuja carreira de Engenheiro inscrito na respectiva Ordem já conta com mais de 35 anos.

Tanto se dizem defensores dos direitos de quem trabalha, tanto proclamam pela igualdade de tratamento, tanto levantam a voz para defender os trabalhadores por conta dos outros, que não deixam de ser chocantes os mal tratos que praticam dentro de portas. Sou estudante de Administração Pública da Universidade Técnica e venho aqui hoje denunciar apenas duas das muitas irregularidades que estes senhores disfarçados de democratas praticam ao arrepio da legalidade:

1^a Irregularidade:

Os SMAS entregaram ao trabalhador, o Sr. meu Pai, o documento com selo branco para declaração do seu IRS às Finanças. Ora esse documento é substancialmente diferente do Modelo 10 entregue pelos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

SMAS à Administração Fiscal, o que impossibilita a aceitação da declaração do IRS da minha Família, dados os desvios entre os dois documentos.

Claro que esta situação prejudica gravemente o trabalhador, por manipulação dos dados em seu desfavor.

E não podem alegar os SMAS um qualquer engano, porque essa é uma prática recorrente para certos trabalhadores, a quem os SMAS fazem entrega de valores por conta de anos anteriores.

Confrontados os Serviços, dizem sempre que são apenas enganar.

Estranho é enganarem-se tanto, sempre e só em prejuízo do mesmo trabalhador!

Aliás como estudante de finanças públicas, considero anormal a ocorrência de tantos pagamentos por conta de anos anteriores, principalmente aos trabalhadores mais antigos nos SMAS. Penso que os Srs. Deputados deveriam procurar apurar o que se passa nesta matéria.

Curiosamente, aquilo que tão bem sabem fazer em grandes quantidades aos trabalhadores "amigos", deixam de saber fazer quando é um Tribunal a mandar processar.

2ª Irregularidade:

Concorreu o meu Pai a um Concurso Público para um lugar de dirigente nos SMAS para o qual era condição necessária Licenciatura em Engenharia Mecânica, conforme se pode ler na descrição do lugar. Concorreu e foi seleccionado para o lugar um Engenheiro Electromecânico conforme se dizia na sua entrada para o Quadro, em D.R. nº 299/2003, de 29 de Dezembro.

Este mesmo Senhor "travestiu-se" de Eng. Mecânico, para agora ganhar este Concurso, conforme se pode ler no Diário da República nº 112/2011, de 9 de Junho.

Em resumo,

- em 2003 para entrar para a Câmara de Almada, era Electromecânico;
- em 2011, para responder a este Concurso dava mais jeito ser Mecânico, como se habilitação académica fosse moldável a gosto...

Esta situação contém em si, várias curiosidades:

1. Ainda este seleccionado não tinha nascido e já o meu Pai era Eng. Mecânico e trabalhava como tal.
Quase dez anos antes de ele nascer, já o meu Pai trabalhava em Mecânica de automóveis, aspecto curricular que visava o Concurso.
Mais de um ano antes do seleccionado iniciar a sua carreira profissional, já o meu Pai trabalhava nos SMAS.
Acho que bastará para análise comparativa das experiências profissionais...
2. O júri encarregue desta selecção não contém nenhum Engenheiro no nome de um dos seus elementos, o Sr. Ramiro Norberto, em flagrante violação do preceituado no artº 3, do Dec. Lei 119/92, publicado em Diário da República nº 148, de 30 de Junho de 1992, e que aqui reproduzo: "A atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de Engenheiro dependem de inscrição como membro efectivo da Ordem".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E como pode acontecer uma entrevista de selecção de um Eng. Mecânico, sem estar presente um entrevistador, profissional dessa especialidade?

3. O mesmo se aplica ao candidato seleccionado, pois também ele não se encontra inscrito na Ordem dos Engenheiros, apesar de fazer uso do respectivo título e exercício, conforme se pode ler no Diário da República 84/2011, de 2 de Maio, o que também neste caso, prefigura usurpação de funções, com arrego do título.

Como conclusão, na minha qualidade de cidadã munícipe de Almada, denuncio as práticas de discriminação, atropelo aos direitos do trabalhador e usurpação de funções com arrego de título, no desrespeito da profissão de Engenheiro.

Tudo misturam, tudo manipulam, tudo desrespeitam, sempre para espezinhar quem não lhes interessa, promovendo e beneficiando exclusivamente os amigos e familiares, nem que para isso fiquem fora da Lei, e sejam depois condenados pelos Tribunais, como vem acontecendo.

Acerca destas irregularidades, que têm a dizer os Srs. Deputados Municipais eleitos?

Muitas mais existem e só não as denuncio agora porque o tempo do cidadão aqui é limitado.

Obrigada pela vossa atenção. Ao dispor para fazer prova detalhada do que aqui denunciei.

Aos Srs. Vereadores da maioria, apenas peço que façam com que deixem de desestabilizar a qualidade de vida da minha Família, parem de a prejudicar economicamente, deixem que eu e a minha irmã crescamos em democracia e liberdade."

5.3 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Ermelinda Toscano, residente em Cacilhas.

5.3.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Maria Ermelinda Toscano:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trabalhadores da autarquia, público em geral. Muito boa noite.

Chamo-me Ermelinda Toscano e estou aqui em representação da Plataforma de Cidadania do Concelho de Almada para apresentar algumas questões e solicitar a intervenção dos diversos grupos municipais já que os assuntos em apreço se enquadram naquela que é, legalmente, a principal competência deste órgão deliberativo: o acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal.

Começo pelas declarações do Gabinete de Imprensa da CMA à Lusa, no dia 2 do corrente mês «é prática do município "cumprir todas as decisões tomadas pelos órgãos de soberania"» e, a seguir, passo a expor dois exemplos que provam, precisamente, o contrário (e mais haveria, não fosse o tempo de que disponho tão curto):

Dando continuidade à intervenção anterior sobre o caso do Eng.^o Jorge Abreu.

Em 23-3-2010, foi celebrado com os SMAS um contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, cuja cláusula 1^a estabelecia que o período experimental teria a duração de um ano (12 meses, portanto!). E, na cláusula 5^a dizia-se que a remuneração seria de 1.101,93 € durante o período experimental e de 1.373,12 € a partir dessa data. Todavia, decorridos quase 15 meses (mais três além dos 12 atrás referidos) e tendo sido entregue, atempadamente, o respectivo relatório de estágio: o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhador continua sem ser avaliado e a receber como se continuasse naquela condições. São menos 271,19 €/mês! Além do flagrante desrespeito por uma decisão do Tribunal, do incumprimento dos termos do contrato e da legislação vigente, a recusa dos SMAS em regularizar a situação configura, também, mais uma forma abominável de mobbing sobre o trabalhador que tem sido injustamente privado de parte do seu vencimento mensal. O que têm a dizer sobre o assunto os diversos Grupos Municipais? O que pensam fazer: calar ou agir?

Na sequência do despedimento ilícito ocorrido há uns anos atrás, foi a CMA condenada em Tribunal a pagar ao trabalhador uma indemnização correspondente aos salários que, indevidamente, lhe haviam sido sonegados. Decorrido mais de um ano do trânsito em julgado da respectiva sentença, apenas uma parte da quantia devida foi liquidada (menos de metade) obrigando o trabalhador a gastos suplementares com advogado e custas judiciais para interpor uma acção executiva contra o município para que lhe sejam pagos os mais de 30.000 € ainda em falta e que, hoje, continuam por pagar. Trata-se de uma clara violação da lei e, mais uma vez, do total desrespeito por uma sentença judicial, um comportamento condenável a todos os títulos. O que têm a dizer sobre o assunto os diversos Grupos Municipais? O que pensam fazer: calar ou agir?

E, por último, uma referência acerca do concurso para dirigente de 3º grau ao qual o trabalhador foi candidato:

A abertura do procedimento teve por base o disposto no artigo 6º do regulamento de organização dos SMAS, recentemente aprovado nesta Assembleia. Todavia, importa salientar que aquela norma (que prevê no seu nº 1 que o recrutamento seja efectuado apenas de entre trabalhadores dos Serviços) é ilegal pois viola os princípios da igualdade e da não discriminação no acesso ao emprego público, consignados na Constituição da República, conforme assim conclui o parecer do Gabinete Jurídico da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais e que junto se anexa, assim como a respectiva página do regulamento onde está inserido o artigo atrás citado. O que têm a dizer sobre o assunto os diversos Grupos Municipais? O que pensam fazer: calar ou agir?

Muito obrigada pela vossa atenção."

5.4 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Almerinda Teixeira, residente em Cacilhas.

5.4.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Almerinda Teixeira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que aqui me traz é a não resposta da Câmara Municipal desde há bastantes meses. Em 9 de Novembro fiz um requerimento à Sr.^a Presidente ao abrigo da Lei 46/2007, 24 de Agosto, em que requeria cópia do contrato entre a Câmara Municipal de Almada e a empresa BragaParques. Eu sei que esse contrato foi feito por 50 anos, pouco tempo depois do 25 de Abril. A Sr.^a D. Maria Emília não respondeu e então eu em 27 de Dezembro ou 26 de Dezembro, enviei à CADA a respectiva queixa. Imediatamente após a entrega do requerimento na Câmara Municipal ausentei-me de Almada e deixei passar o prazo, portanto quando fiz a queixa para a CADA fora de prazo, não tive em conta um artigo da Lei que referi há bocadinho, nem os números do Código Civil, não me lembro exactamente do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Código do Processo Administrativo. Ou seja, o 114º do CPA, do Código Civil e o 105º do CPA, e ainda um artigo da respectiva Lei. Resultado, a CADA responde-me que arquivou dizendo-me que evidentemente eu posso formular nova queixa e para isso terei de fazer novo requerimento à Sr.ª Presidente para o efeito. Ora, se não me respondeu ao primeiro também não me responderá ao segundo.

Eu devo dizer que esta coisa da Cidadania com Tribunais, é ali com a minha amiga Ermelinda Toscano, eu já não tenho idade para andar nestas coisas, muito provavelmente não irei para Tribunal se após o segundo requerimento que farei à Câmara Municipal for novamente uma não resposta ou indeferimento, uma resposta qualquer.

Eu pergunto-me se como cidadã não tenho o direito de saber este contrato antigo, é um contrato que já foi, julgo eu, foi ainda aliás no tempo do Presidente José Vieira. Seja como for tem de existir em algum sítio da Câmara. Das duas uma, como cidadã como qualquer cidadã tenho ou não tenho o direito de saber deste contrato? Portanto, é um problema que eu ponho aqui e que gostava de ver discutido porque eu já estou habituada noutras intervenções que fiz a Sr.ª Presidente raramente respondeu quando as questões eram mais quentes.

Portanto, eu já não pego no Regimento da Assembleia Municipal há muito tempo, já não leio o guia de intervenção dos cidadãos, portanto eu considero-me neste momento ignorante do Regimento da Assembleia e inclusivamente da participação dos cidadãos.

Por exemplo, eu não sei se posso perguntar aos Vereadores presentes, aos Deputados Municipais, às bancadas, aos líderes se terão alguma coisa a dizer, se eu não tenho direito, se tenho direito, se qualquer cidadão tem direito de saber isso, se não tem direito de saber isso, etc..

Portanto, deixo as questões no ar, espero tal qual como a minha antecessora que alguém se pronuncie sobre o assunto, porque se o problema for sabido de algum dos autarcas presentes escuso de ter novamente o trabalho de fazer um segundo requerimento.

Tribunais, como eu disse há bocadinho não irei, primeiro porque Tribunais já tenho experiência, fui uma vez para Tribunal contra o Estado, num concurso público por causa do concurso tive de ir para Tribunal Administrativo. Outra vez pus a Câmara da minha terra em Arouca, em Tribunal porque andavam a portar-se muito mal. E o terceiro processo e o terceiro caso que tive em Tribunal foi um processo muito doloroso e não vamos obviamente falar nisso."

5.5 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor João Figueiredo Silva, residente na Costa da Caparica.

5.5.1 - O Munícipe Exm.º Senhor João Figueiredo Silva:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui trazer um reparo, reparo esse que primeiro vou dirigir aos SMAS. É o seguinte, entre a Rua Eduardo Pacheco Pereira e a Av.ª do Oceano há sessenta metros, sessenta metros esses, quando há grandes chuvadas nós não podemos entrar em casa. Não podemos entrar em casa porque o nível da água sobe demasiado em virtude de ao longo dos anos se ter optado que as águas pluviais ali vinham a céu aberto. Vinha sugerir aos SMAS que fizesse um estudo porque o encargo e a obra



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

provavelmente não será muito elevada, no sentido de pudermos no cruzamento Eduardo Pacheco Pereira com a Rua de Santo António, porem sumidouros que permitissem logo ali o escoamento das águas, porque todas as águas que vêm da falésia, todas as águas que vêm das Ruas da parte de cima, vão todas dar aquele local. E eu achava que os SMAS e acredito nisso, que provavelmente fazendo um estudo e hoje em dia não se pode gastar muito dinheiro, mas com pouco dinheiro consiga resolver o problema daquelas pessoas para ao menos quando sair de casa não ter que estar à espera uma hora, que é para se um individuo amigo vá desentupir os sumidouros na Av.^a do Oceano para a água escoar e a gente poder sair para apanhar os carros. Outra coisa que eu queria chamar a atenção é o seguinte, provavelmente por delegação da Câmara Municipal de Almada, não sei, mas julgo que há delegações para as Juntas de Freguesia, há uma situação caricata que eu não compreendo, que é o seguinte, no cruzamento da Av.^a do Mar com a Av.^a Eduardo Pacheco Pereira, houve umas Acácias que fizeram a vontade de crescer, taparam os passeios e deram cabo daquilo tudo e as pessoas têm que vir para a estrada. A outra parte logo em frente é que aqueles terrenos não foram ainda urbanizados ainda não se fez um passeio provavelmente por causa dessa situação, mas aquilo está cheio de mato e até começou a ser uma lixeira, aí a Câmara não tem culpa, quem tem culpa são as pessoas que não respeitam os princípios da boa vizinhança e então põem o lixo delas à porta dos outros. É a coisa mais fácil. Nem comunicam à Junta de Freguesia, nem à Câmara, nem pedem nada, "olhe no dia tal vou lá pôr". Mas, se a Câmara, ou mete ali uma caminonetazinha a tapar aquilo, sempre dava para as pessoas meterem o carro ali em cima e deixarem de meter na curva para a gente poder ter mais visibilidade.

Outra coisa que queria chamar a atenção é aquele caminho da entrada da Costa, a parte central está muito bonita, mas depois as partes laterais, onde está agora ali o Circo montado e muito bem, está ali muito bem montado e é bom que haja alguma coisa que venha para a Costa da Caparica, aquele mato que está por ali fora merecia ser limpo, dava um outro aspecto à entrada de uma Cidade que é a Costa da Caparica. Outra coisa que eu queria dirigir aos Srs. Deputados Municipais, há uma coisa que eu não compreendo. Porquê que não é obrigatório a fazer a selecção dos resíduos, do lixo. Fica a consciência de cada pessoa separar ou não separar porque a Lei não diz que é obrigatório separar. E eu chamo o meu vizinho a atenção porque ele dentro da garrafa deita tudo com um vidrão a vinte metros, e ele diz com uma grande lata para mim, "o problema não é meu, o problema é seu", eu não compreendo porque é que neste País ainda não é obrigatório as pessoas fazerem a reciclagem, dizer às pessoas é conforme vocês queiram é como dizer a um individuo que bebe, olha....."

5.6 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a Senhora Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Deputados Municipais Filomena Silva, Miguel Duarte, Fernando Pena, Miguel Salvado, Luísa Ramos, Ana Margarida Lourenço, Fernando Pena.

5.6.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Breves palavras para registar a intervenção da Maria Inês Abreu e da Ermelinda Toscano relativas a questões que embora não sendo dirigidas pelo que percebi aos Serviços Municipalizados, nem à Câmara Municipal o apelo foi sempre feito relativo a, o que dizem a isto os Grupos Parlamentares, eu naturalmente não me posso pronunciar relativamente ao que dizem os Grupos Parlamentares, queria no entanto reafirmar o que já disse noutra Assembleia Municipal, e em cumprimento de boas práticas de Recursos Humanos e também de práticas éticas.

Eu naturalmente em respeito por todos os trabalhadores, em respeito por essas práticas que referenciei não discuto relações laborais pessoais, na ausência do trabalhador, colocadas ainda por família ou amigos, de questões que são naturalmente questões do foro laboral. Algumas delas analisadas por Tribunais, outras naturalmente desenvolvidas no âmbito de uma boa gestão de Recursos Humanos. Naturalmente que repudio em nome dos SMAS as acusações aqui formuladas, que me parecem graves e que gostaria de reafirmar a necessidade de nos respeitarmos sempre, respeitar as Instituições, respeitar outras pessoas. Por exemplo, algumas intervenções trazem acusações a pessoas que não estão aqui e que naturalmente parecem para além do seu conteúdo também na forma, abusivas. E portanto, é o que tenho a dizer, naturalmente que as práticas são conhecidas, temos quinhentos trabalhadores, pelos vistos temos um problema com um trabalhador.

Queria também agradecer a sugestão do Sr. João Figueiredo Silva, e dizer-lhe que nós apresentámos há poucos dias na Costa da Caparica um pacote muito significativo de intervenções também de melhoria do sistema de águas pluviais, e não lhe sei responder em concreto se o problema que trouxe está abrangido nessa intervenção que pretendemos fazer, desenvolver a médio prazo, embora tendo já para imediato algumas obras, mas naturalmente registo com muito agrado a sugestão que aqui trouxe, se ela for tecnicamente viável procederemos naturalmente à sua implementação."

5.6.2 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria saudar todos, saudar a Irmanadora e agradecer o acolhimento e também saudar a Associação Amar a Costa que também tem aqui uma presença muito interessante nesta nossa sala e que está a fazer um trabalho também de grande interesse do ponto de vista cultural e social aqui na Costa da Caparica. Sendo uma instituição recente está de facto a deixar a sua marca também no sentido do desenvolvimento da Costa da Caparica.

Queria deixar nota de que me associo inteiramente à intervenção do Sr. Vereador José Gonçalves e Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, relativamente às três matérias que aqui abordou, queria também deixar nota de que os Serviços da Câmara Municipal têm o dever de cumprir a legislação que permite o acesso aos documentos nos termos da Lei, é assim que devem proceder e portanto qualquer situação que possa ter sido menos bem tratada, deve ser rerepresentada para que seja tratada devidamente. Portanto, desconheço a situação aqui trazida, mas deixo como esclarecimento é que o acesso está definido nos termos da Lei e as condições em que esse acesso



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pode ser feito e também a obtenção de documentos, a forma como podem ser obtidos e também as obrigações das partes.

Queria saudar o João Figueiredo, já não o via há muito tempo, um autarca de Freguesia aqui da Costa da Caparica, e também cumprimentá-lo e saudá-lo, os autarcas deixam amizades entre si independentemente das sensibilidades políticas, das famílias políticas a que pertencem, e isso é de facto um património muito importante do ponto de vista das relações humanas e também queria registar aqui a grande amizade que construímos ao longo do tempo e esta intervenção aqui no sentido de nos ajudar a identificar os problemas e podermos resolver em benefício da nossa população. Portanto, uma contribuição muito construtiva e muito interessante.

Queria por último dirigir-me à Sr.^a Dona Teresa Sales, também uma intervenção muito, de quem tem consciência da importância da Cultura, de quem tem consciência das necessidades que a Costa também tem, e nos deixa aqui a sua nota relativamente à necessidade de uma biblioteca na Costa da Caparica.

Nós temos no Plano da Frente Urbana e Rural Nascente prevista. Portanto, o Plano não está aprovado, está em fase final de elaboração, e um dos equipamentos neste plano, prevêem vários equipamentos, eu penso que aqueles que a Costa verdadeiramente carece vão situar-se no Plano da Frente Urbana e Rural Nascente, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista desportivo, quer do ponto de vista social, e portanto é ali que a Biblioteca, o Centro de Cultura que a Costa precisa há-de situar-se, tal como também um complexo de piscinas e equipamentos sociais estão previstos para esse Plano.

Mas deixa-nos aqui duas outras notas, uma ideia, uma sugestão que vamos estudar, vamos pensar nela, vamos avaliar, estamos na fase de arrancar para a elaboração também do Plano para 2012, concluímos há dias o ciclo das Opções Participativas, concluímos exactamente aqui na Costa da Caparica, e a Sr.^a Dona Maria Teresa deixa-nos uma ideia, vamos estudar a ideia, não há aqui um compromisso de que vai ser feito, mas o compromisso é estudar a ideia e vamos ver que soluções intermédias podem eventualmente encontrar-se.

A Galeria de Arte esteve com os censos. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa solicitou a disponibilização daquele espaço, do antigo posto de Turismo para ali poder realizar-se o processo dos censos. Os Serviços têm este dossier em mãos, aliás foi assim que falamos, atrasávamos um pouco este processo da Galeria de Arte aqui na Costa, mas o processo está em mãos e é desejável que dentro de algum tempo possamos ter este espaço a funcionar aqui na Costa da Caparica. Portanto, muito obrigada pela contribuição de todos."

5.6.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Filomena Silva (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar gostava de fazer aqui uma pequena observação em relação ao comportamento de alguns Srs. Deputados Municipais quando estiveram a falar os nossos fregueses, os nossos munícipes, que eu tive alguma dificuldade em ouvir, porque havia aqui um burburinho e duvido que tenham ouvido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o que os nossos munícipes tenham dito. Eu pensava que isto era uma Sessão de trabalho, mas pelos vistos enganei-me.

Em relação àquilo que aqui ouvi, portanto eu fiquei surpreendida, normalmente as realidades têm várias vertentes, várias visões, mas eu não posso ficar indiferente àquilo que aqui ouvi, porque é assim, nós temos realmente que acompanhar e fiscalizar a actividade municipal, e quando dizem que as relações laborais não são para aqui chamadas, eu sinceramente tenho muitas dúvidas que qualquer um de nós hoje quando se for deitar vá de consciência tranquila se nada realmente se fizer em relação àquilo que aqui foi ouvido porque, e para mim a ser verdade aquilo que aqui ouvi, esses contornos, tudo o que tiver a ver com contornos muito aproximados de um assédio moral no trabalho, essas coisas, a não dignificação do posto de trabalho, revela humilhação do trabalhador, e depois isto é levado para casa e realmente eu fico preocupada que jovens, sintam a humilhação dos pais, no caso de isto ser verdade. E portanto, é um tema que eu acho que todos nós, não podemos sair daqui indiferentes. Tem que ser feita alguma coisa. Porque nós somos responsáveis quando se fala em actividade municipal, a actividade é feita por pessoas, pelo seu trabalho. E portanto, é preciso que as pessoas se sintam felizes naquilo que fazem, que se sintam integradas, até porque os bons gestores são aqueles que conseguem quando têm problemas com as pessoas que estão a nível abaixo conseguir integrá-los e fazer com que eles tenham um trabalho pleno, até porque estamos todos conscientes do que é que é o nosso País, as dificuldades que vamos ter pela frente e de facto e porque moro aqui e porque gosto de Almada, gostaria que fosse exemplar Almada nas suas relações laborais, na forma como vamos conseguir que este Município consiga levar para a frente aquilo que vamos ter de muito complicado para o nosso progresso social. E portanto, uma coisa é certa, o Bloco de Esquerda tem nos seus estatutos o seu compromisso com a defesa intransigente da liberdade com o combate às formas de exclusão baseadas em discriminações, portanto a ser verdade nós somos completamente solidários com aquele trabalhador. Portanto, tem que se apurar a verdade, tem que se ver o que é que se passa, temos que fazer com que os nossos trabalhadores se sintam felizes no seu posto de trabalho e se sintam integrados. E acho que nós, e neste caso Almada, sendo a CDU que também tem nos seus estatutos a coerência entre os princípios e as práticas, eu não posso acreditar que fiquem indiferentes e que não se faça nada.

Em relação à cidadania participativa é óbvio que sou extremamente defensora, e gostava aqui de dizer que não tive a oportunidade de falar com os meus companheiros de bancada e portanto isto é uma posição mais pessoal, a surpresa foi total."

5.6.4 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de mais gostava de dar os parabéns à Inês que é o nome de uma das minhas netas, pela sua atitude corajosa que teve de vir aqui à Assembleia fazer esta denúncia daquilo que estão a fazer ao seu pai. Tem toda a razão naquilo que disse, não disse aqui tudo, mas tenho a certeza que isto hoje, ou melhor amanhã não vai ser como era antes. Porque na verdade, esta Assembleia não pode ficar indiferente àquilo que efectivamente se passa com este trabalhador, na circunstância seu pai. Da minha



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

parte conta com todo o apoio para que a verdade venha ao de cima e não se passe por ela como um cão passa por vinha vindimada que foi o que fez aqui o Sr. Presidente dos SMAS. Isto não é nada com ele, isto não se discute aqui relações laborais, a Câmara tem uma boa prática de recursos humanos, é o exemplo de boa prática de recursos humanos, é exactamente esta, uma violência contra uma pessoa. Eu tenho aqui a história toda aqui escrita, toda, não tenho tempo efectivamente para a ler, mas toda a gente vai saber porque isto remonta muito mais atrás, remonta à ETAR da Mutela, remonta à aceitação da obra da Mutela, remonta efectivamente a passado pouco tempo a obra da Mutela ter-se comprado duas bombas, foram compradas nos Estados Unidos, curiosamente não está aqui o Sr. Deputado Municipal Henrique Carreiras que devia ter dito quem é que lhe disse, quem é que o ajudou para comprar as bombas nos Estados Unidos, era bom que ele estivesse aqui e que dissesse quem foi, quem foi o trabalhador dos SMAS, quem foi o Eng.º dos SMAS que efectivamente lhe disse isso. Portanto é assim, nós Partido Socialista vamos efectivamente propor a esta Assembleia a constituição de uma Comissão Eventual para analisar este problema. Este problema não pode, ninguém pode ficar indiferente. Eu considerava-me um homem castrado se efectivamente ficasse indiferente a esta situação. E portanto, nós vamos fazer uma proposta para que seja constituída uma Comissão Eventual, para averiguar ao pormenor o que se está efectivamente a fazer, a violência que é feita contra este trabalhador e contra a família e ninguém tem o direito de fazer isso."

5.6.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para lá desta coragem, para lá desta denúncia sentida e por detrás dela há factos, não há só opiniões, há factos e até há decisões judiciais. E até há decisões judiciais não cumpridas pela Autarquia. E há um tratamento absolutamente desumano de um trabalhador e de facto para quem já leu a história, como dizia o Sr. Deputado Municipal, tudo fica muito claro e percebe-se muito bem a razão porque este trabalhador começou a ser perseguido pela Autarquia. Mas há mais facto, há por exemplo este concurso, este procedimento concursal é assim que se diz, para cargos de direcção intermédia deste ano, e há um júri que eu tenho sérias dificuldades ao ler a sua composição por perceber se essa composição é adequada à avaliação da entrevista pessoal e é adequada à apreciação curricular, fico com sérias dúvidas, não me parece. E há outro facto, é que quem ganhou o concurso é alguém que não é Engenheiro, porque para ser Engenheiro neste País, por Lei, tem que estar inscrito na Ordem. E quem ganhou o concurso não está. O Sr. Engenheiro Jorge Abreu está. Isto são factos, isto são factos e qualquer um de nós vai livremente à página na Internet da Ordem dos Engenheiros e verifica que quem ganhou o concurso não está inscrito na Ordem e que o Sr. Engenheiro Jorge Abreu está e até tem o nome. Mas há aqui um problema, isto o tempo é muito curto, eu gostaria de dar uma resposta mais completa, naturalmente esta proposta do Sr. Deputado Municipal do Partido Socialista é absolutamente subscrita por nós, da criação de uma Comissão Eventual justifica-se, é um assunto de gravidade extrema. Mas há mais questões que foram trazidas aqui por munícipes, e há aqui um problema. É bom começar a ver que há pessoas que estão a despertar, porque a verdade é que há dois anos os eleitores



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

retiraram nas urnas a maioria absoluta à CDU e o que se tem visto é que na Câmara Municipal à vez os Partidos da oposição asseguram essa maioria absoluta, exactamente nos mesmos termos do passado, e permitem esta gestão autocrática comunista. As respostas aos requerimentos dos cidadãos recebem mais ou menos o mesmo tratamento que os requerimentos dos Deputados Municipais, como terei ainda a ocasião de demonstrar nesta Assembleia. São insatisfatórios, são displicentes e demonstram por parte da Câmara Municipal um grande desprezo por esse direito a acompanhar a sua actividade que têm os cidadãos e que têm os outros eleitos. A Administração desta Autarquia não é transparente de maneira nenhuma, é algumas vezes ilegal, que são os Tribunais que o atestam, não é só uma opinião, é ilegal. Muito longe está em muitas ocasiões de ser democrática e correcta para com os seus cidadãos. O que hoje ouvimos aqui se calhar muitos outros cidadãos poderiam trazer, não têm coragem, às tantas já desistiram de lutar, mas há um exercício de cidadania de que não se devem demitir e que cada um de nós eleitos tem obrigação de acompanhar e de responder nos devidos termos."

5.6.6 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais uma vez somos obrigados neste ponto da Ordem de Trabalhos a falar sobre um assunto que já falamos outras vezes. Para começar gostaria de dizer o seguinte: eu fiquei perplexo com a resposta do Sr. Vereador e Presidente dos SMAS, porque se não é aqui o Órgão próprio para falarmos dos assuntos onde é que é? Nos Tribunais há decisões que pelos vistos a Câmara não cumpre, aqui a Assembleia Municipal que é o órgão máximo de fiscalização da Câmara, também não se pode falar, temos que pelas suas palavras quase que trazer aqui as pessoas que estão contra, que estão em desacordo para que a gente ouça as palavras e faça disto um Tribunal. Isto é um órgão político, e o Sr. Vereador tem o dever de responder às perguntas que aqui lhe são postas. Se não for para isso não vale a pena estarmos aqui. Se não responde às perguntas dos munícipes, colocamos-lhe nós as mesmas perguntas. Porque, primeiro há situações estranhas e graves que não me parecem, normais nos Recursos Humanos da Câmara e dos SMAS. Já são diversas, poderíamos estar aqui a falar de vários casos e de várias situações, e nós também temos as histórias, nós também as conhecemos, mas isso podemos deixar para outro dia e vimos para aqui lemos e sabemos e conversamos, porque aquilo que o Sr. Deputado do PS disse é verdade, esta história ainda um dia há-de ser esclarecida, das Bombas da Mutela e de outras coisas mais. No entanto, se as acusações que aqui são feitas são falsas, então que a Câmara prove que as acusações são falsas que venha aqui, que traga os documentos, que nos mostre, "olhe aquela Sr.^a lá atrás não falou a sério", o problema é que nunca fazem isso, fala-se muito, diz-se muito, fazem-se intervenções destas e depois no final não temos respostas. Há inspecções da Polícia Judiciária nos SMAS e na Câmara, ainda hoje não conseguimos perceber bem, o quê, porquê, quando fazemos a pergunta ainda nos ofendem. Houve aqui um Deputado Municipal que falou sobre o assunto e foi quase ofendido, foi quase posto fora da Assembleia, aquilo foi uma coisa, parecia que estava a falar do demónio, é uma pergunta, respondam sim, não. É verdade foi mal tratado, foi mal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tratado, posto fora da Assembleia é uma força de expressão, mas foi mal tratado. Respondam às perguntas, tenham a coragem de responder às perguntas. A Câmara foi condenada porque não paga, pergunto eu. Nós estamos muito atentos a estas situações e vamos continuar a estar atentos. Elogiamos a coragem de quem aqui vem falar, elogiamos os cidadãos que perdem o seu tempo e que se preocupam com isto, que participam aqui como participam nos diversos fóruns da Internet e mesmo a nível de Jornais, é para isso que nós também estamos aqui, é para ouvir quem sabe mais do que nós, para quem tem mais informação que nós, que nos transmitam porque nós também não sabemos tudo. E muitas vezes até somos os últimos a saber porque nos escondem também a informação, mas toda a gente que saiba que venha aqui, que diga para nós podermos saber, e se nós não fizermos nada, aí sim castiguem, castiguem os Partidos que nada fizerem, castiguem os Deputados que nada fizerem, castiguem os Vereadores que nada fizerem.

Requerimentos e perguntas que são feitas e não são respondidas. Estamos fartos de ouvir falar aqui deste assunto, alguém não está a falar a verdade, porque já diversas pessoas aqui de diversos quadrantes políticos falaram sobre este assunto, no mínimo é estranho. E eu passo só a reportar isto, a Vereação tem o dever de informar e esclarecer, aliás os Vereadores do PSD já solicitaram por muitas vezes informações sobre processos judiciais que envolvem a Câmara, curiosamente até hoje não responderam por parte da Câmara e por parte da maioria que governa esta mesma Câmara, passando e deixando os prazos previstos na Lei decorrerem, passaram todos estes prazos, ultrapassaram-se os prazos e ainda hoje não há respostas, e muitos desses casos reportam-se a situações que envolvem os trabalhadores dos SMAS e da Câmara.

Para terminar, é estranho isto estar-se a passar numa autarquia comandada pela CDU, é estranho e eu passo só a citar uma frase, eu que no outro dia li que dizia assim, "um Partido de esquerda e com um ideal único que foi sempre, estar sempre ao lado dos trabalhadores", e quem disse isto foi Jerónimo de Sousa. Há aqui alguma coisa que não bate certo, há aqui alguma coisa que já há algum tempo não bate certo. Nós aprovamos obviamente a sugestão que fez da Comissão, estamos totalmente a favor disso, e se alguma coisa não está certa ela tem que vir ao de cima. Se a culpa é da Câmara é da Câmara, se a culpa é dos trabalhadores é dos trabalhadores, mas que se saiba a verdade. Neste momento aqui nenhum de nós sabe qual é a verdade, porque vivemos num pingue-pongue de Assembleia e nunca sabemos a verdade."

5.6.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obviamente que tudo o que seja denúncias de más práticas nos Recursos Humanos, não podemos ficar indiferentes. Mas como em tudo na vida, não basta eu chegar aqui e dizer que um qualquer Deputado Municipal matou alguém para dizer que é verdade. E portanto, nós não estamos num Tribunal, nós não estamos num julgamento popular, não estamos numa abordagem que devia ser séria para tentar perceber efectivamente o que se passa. E portanto, quem tem que provar as acusações é quem as faz e não Srs. Deputados, quem as denuncia. E nós Assembleia Municipal, não temos que ir julgar na base



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de coisas que são, e eu não digo que as pessoas mintam, eu digo que as pessoas têm uma versão, solicito portanto que a Câmara dentro daquilo que é possível, nomeadamente o Presidente dos SMAS, que tente dar o máximo de informação possível para todos podermos ajuizar, mas não contam connosco para este tipo de situações."

5.6.8 - O Sr. Vereador José Gonçalves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Naturalmente que nós reconhecemos o direito da Assembleia Municipal a discutir as políticas de Recursos Humanos e a ter a informação que considerar pertinente, isso nunca esteve em causa e também queria dizer à Sr.^a Deputada Filomena Silva, que é evidente que não ficamos indiferentes também nós, naturalmente não gostaríamos de estar perante a situação que estamos aqui a viver, que já vivemos noutros momentos. E portanto, isso claro incomoda-nos, gostaríamos que o resultado não fosse esse. O que eu disse e reafirmo, naturalmente estou disponível para dar a informação. É que este processo como também já hoje foi aqui dito, é um processo longo, uma parte deste processo foi analisada pelo Tribunal e decidida pelo Tribunal que é o órgão naturalmente competente para quando há problemas laborais, sejam eles de responsabilidade do trabalhador, sejam eles de responsabilidade da entidade patronal, sempre que há problemas laborais e não se conseguem resolver na instância natural que é a instituição, naturalmente a entidade competente é o Tribunal. E portanto, o trabalhador tem a sua defesa e a Instituição tem a sua, e o Tribunal imparcialmente naturalmente fará justiça e decidirá. Agora, às vezes, mesmo com o Tribunal a decidir não temos todos a mesma opinião sobre a decisão, por vezes o Tribunal não valorizou coisas que nós achávamos que devia ter sido valorizado. Agora nós responsáveis políticos, temos a obrigação de cumprir a decisão independentemente da nossa opinião, digamos pessoal, partilhada da instituição, da própria instituição relativamente àquele caso. E portanto, eu reafirmo, não fugi à questão, não fui indiferente, disse que do meu ponto de vista, por respeito ao próprio trabalhador, porque eu para vos dar uma informação mais precisa naturalmente tenho que dar a minha versão dos factos e parece-me que é injusto, é eticamente condenável que o estivesse aqui a fazer, trazendo à colação dos Srs. Deputados, talvez isso me ajudasse a que os Srs. Deputados ficassem com uma boa opinião, sim senhor, o Sr. Presidente dos SMAS conhece o assunto, tem uma boa opinião. Mas eu politicamente estou disponível para discutir recursos humanos, pessoalmente recuso-me neste fórum na ausência do trabalhador, deste trabalhador ou de qualquer outro trabalhador, considero que é uma má prática se um dia estivermos a discutir aqui o assunto de um trabalhador que tenha os contornos da relação conflituosa que teve com a sua instituição. Eu quero dizer que eu próprio já fui solicitado pela parte a ser condenado em milhares de euros, por uma interpretação errada e eu nunca usei esse argumento em lado nenhum, estou a usa-lo pela primeira vez aqui. Portanto, eu de alguma forma também já fui vítima deste processo e parece-me que o conhecimento que tenho, é a segunda vez que sou Vereador dos Recursos Humanos na Câmara Municipal de Almada. Portanto tenho seis anos de Vereador dos Recursos Humanos, sou Vereador dos SMAS há ano e meio, ou seja neste momento lido com duas mil situações laborais, e naturalmente que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

me reservo na resolução dos problemas dos trabalhadores. Discuto muitas destas questões com a Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal, discuto muitas destas questões com os Sindicatos, mas sempre à porta fechada, numa discussão que respeita as partes e respeita desde logo os trabalhadores, e eu parece-me que isto é eticamente responsável e é politicamente responsável. Se os Srs. Deputados um dia me obrigarem a dar a minha versão de um caso concreto, eu penso que estão a desrespeitar este princípio.

De qualquer maneira queria dizer que alguns Srs. Deputados, Fernando Pena, trouxe, já tinha vindo aqui o procedimento concursal. O Procedimento concursal não é para Engenheiro, o procedimento concursal é para dirigente de 3º, ou 4º grau, não tenho presente agora porque foram várias situações, se é de 3º ou 4º grau que é uma situação de dirigentes intermédios, uma situação nova que resultou da legislação e resultou da aprovação aqui nesta Assembleia da nova macroestrutura. E portanto, nós desenvolvemos um conjunto de procedimentos concursais tendo em vista escolher chefes para essas novas estruturas, são chefes abaixo de Director e de Chefe de Divisão. São situações que não tínhamos e que temos a partir desta nova situação. E portanto o que diz a legislação, é que estes procedimentos são de chefia circunscrevem técnicos superiores que tenham vinculo a tempo indeterminado com a função pública. E portanto foi assim que foi feito, concorreu muita gente, alguns sem vinculo, outros com vinculo. O Sr. Engenheiro Jorge Abreu, foi considerado, embora houvesse opinião podia não ser considerado no concurso, acabou por ser considerado, porque é evidente que trabalha há muitos anos nos Serviços Municipalizados, mas com vinculo diferente de tempo indeterminado. E portanto uma interpretação mais desfavorável ao trabalhador tê-lo-ia retirado no primeiro momento do concurso. Não obstante o Sr. Engenheiro esteve no concurso, foi avaliado como todos os outros concorrentes e a decisão do Júri de que fiz parte, de que fui Presidente, é uma decisão do conhecimento do Sr. Eng.º, que me pediu, deliberei no primeiro momento assim que recebi no segundo seguinte ao receber o pedido do Sr. Eng.º para consultar o processo, autorizei a consulta de todo o processo concursal e portanto se o Sr. Eng.º considerar que do ponto de vista procedimental alguma coisa não está bem neste procedimento, sabe naturalmente que tem recurso dessas decisões desde logo para o Júri, mas também recurso hierárquico e recurso judicial. E portanto eu penso que estas questões são questões do desenvolvimento normal da actividade de gestão dos Recursos Humanos, temos dezenas de procedimentos, centenas de candidatos, uns concordam com as decisões, outros não concordam, quando não concordam recorrem e naturalmente os seus direitos são assegurados em todas as instâncias."

5.6.9 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre esta questão só uma coisa muito clara, eu acho que nisto todos chegamos a um consenso pelas palavras que percebi do Presidente dos SMAS, quer pelas palavras que entendi da Deputada Luísa Ramos, aqui de facto não é o local apropriado para falar destes assuntos. Todos nós queremos ver este assunto esclarecido com os factos de um lado e do outro, de uma vez por todas, porque nem sempre,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

eu hoje cheguei um pouco atrasada, nem sei qual foi a intervenção que foi feita, mas nem sempre que este assunto é aqui falado na Assembleia, é falado dos melhores modos, nem com respeito pelos eleitos que aqui estão. E isto é uma Assembleia Municipal, há que haver respeito por todos, por todas as pessoas, e não devemos nem podemos entrar em questões pessoais. Esta é também a nossa opinião, como é óbvio. E por isso fizemos uma proposta de criar uma Comissão Eventual, porque há um caso, há suspeitas, há uma versão que diz que a gestão dos Recursos Humanos relativamente a este trabalhador não está a ser a mais correcta. E portanto, esta Assembleia Municipal tem o direito de querer ouvir por parte do Sr. Presidente dos SMAS, responsável dos Recursos Humanos deste serviço da Câmara, a sua versão e tentar perceber exactamente o que é que se passa neste caso. E por isso é que daquilo que percebi aqui de todas as bancadas, todos nós concordamos que este assunto não deve ser discutido aqui, mas deve ser esclarecido uma vez por todas. E pensamos que uma Comissão Eventual para o assunto é a solução mais apropriada."

5.6.10 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É muito rápido, só para esclarecer o que motivou a minha questão relativamente ao concurso, ao Sr. Presidente dos SMAS. De facto o concurso é para um cargo de direcção intermédia de 3º grau, mas o que está cá como habilitação literária escrita no concurso é engenharia mecânica, é o que está no concurso."

5.6.11 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

É apenas para dar nota que entrou subscrito pelo Sr. Deputado José Joaquim Leitão uma proposta, como foi anunciado, para a constituição de uma Comissão. Depois tiram-se cópias e distribui-se pelo menos uma a cada bancada.

Damos então por encerrado este ponto, dar apenas nota que duas das Sr.^{as} Múncipes que falaram entregaram na Mesa documentos, os documentos como é hábito e tendo em conta que não há possibilidade de comparar o que foi dito com o escrito e se tem a mais ou menos, um deles pelo menos tem a mais, dará entrada na Assembleia e será oportunamente distribuído aos Srs. Deputados Municipais."

5.6.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu peço desculpa Sr. Presidente, relativamente a esta questão da Comissão Eventual, nós perguntamos ao proponente se não está disponível para substituir a Comissão Eventual para que este assunto seja realizado em sede de Reunião de Líderes?"

5.6.13 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais e Sr.^a Deputada Municipal;

Proponho que considerem a proposta, vão falando uns com os outros."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1 - Para apresentação de Voto de Pesar, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Armando Barata (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de João António Costa) tendo também usado da palavra em apoio a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1 - O Deputado Municipal Armando Barata (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um voto de Pesar por si só já diz tudo, e neste caso é particular e vou só aqui abrir um parêntesis e fechar de imediato.

Era uma pessoa muito querida, muito meu amigo, amigo de todos, um Senhor, grande almadense por opção, serviços prestados a esta casa brilhantes, grandes amigos fosse qual fosse a cor política dos mesmos.

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de João António Costa

“Apesar das ruínas e da morte,

Onde sempre acabou cada ilusão,

A força dos teus sonhos é tão forte,

Que tudo renasce a exaltação

E nunca as minhas mãos ficam vazias.”

Shopia de Mello Breyner

Depois de doença prolongada, faleceu em Almada, no dia 10 de Junho de 2011 João António Vidal Martins da Costa.

Nasceu em Lisboa 30 de Julho de 1943, residindo em Almada na Freguesia do Pragal desde 1968.

Desde sempre muito ligado à igreja católica, dedicou-se ultimamente na referida igreja da paróquia do Pragal a serviços de voluntariado social, passando também pela Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta.

Foi um dos fundadores dos Lyons Clube do Seixal, tendo sido galardoado com a Comenda Melvin Jones, um dos Lyons internacional.

Militante do Partido Social Democrata desde 1979, tendo ocupado vários lugares de dirigente quer na Concelhia de Almada, quer na Distrital de Setúbal.

Foi deputado da Assembleia Municipal de Almada no quadriénio 1998-2001, como Presidente do grupo Municipal do PSD.

Recebeu da Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, D. Maria Emília de Sousa, a medalha de prata mérito e dedicação ao Município de Almada (2004).

Perante a força do seu exemplo e de todo o legado que deixou, fica aqui a eterna saudade e gratidão.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 16 de Junho de 2011, manifesta o seu profundo pesar e dirige à família do cidadão João Costa, as suas mais sentidas condolências.”

6.1.2 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queria-me associar a este Voto de Pesar, deixando também aqui o meu testemunho. Testemunho de alguém que viveu de perto com o nosso colega João Costa enquanto eleito no Poder Local Democrático em Almada, mas também como homem de intervenção ao nível de vários movimentos cívicos, um homem democrata, que nos habituou a ver nele alguém que fez da política um exemplo. Um exemplo de relação elevada, de ética, mas também uma pessoa amiga, solidária em vários e todos os momentos da vida, senti-o de perto, senti o testemunho da sua palavra, do seu incentivo, da sua amizade ao longo do meu percurso enquanto autarca, mas também enquanto cidadã deste nosso Concelho. Penso que perdemos um democrata, perdemos um amigo, perdemos um homem grande e um homem de valor, mas como também aqui é dito pessoas como ele não morrem e felizmente que existem muitas pessoas que permanecem no nosso coração e nunca morrerão. Portanto, quero deixar o meu testemunho e a minha adesão por inteiro e absoluta a este Voto de Pesar."

6.2 - Verificado o quórum passou-se à votação do documento.

6.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de João António Costa, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Armando Barata, foi aprovado por unanimidade.

6.2.3 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

6.2 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais António Neves (apresentando Moção/Deliberação "Por uma verdadeira Defesa Costeira"), Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação "Por uma Costa da Caparica mais limpa"), Armando Barata (apresentando Moção/Deliberação "Costa da Caparica - Praia do Sol"), Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação "Defender a Toponímia da nossa terra"), Miguel Duarte, Luísa Ramos, Fernando Pena, Luís Filipe Pereira e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1 - O Deputado Municipal António Neves (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Moção que me traz aqui é devido à situação que se está a viver em relação à colocação de areias que se encontrava prevista para este ano, um milhão de metros cúbicos de areia, a realizar entre o mês de Julho e o mês de Agosto, e que pelos visto mais uma vez, porque o ano passado também não aconteceu, não irá acontecer.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Por uma verdadeira Defesa Costeira

É por todos conhecida as consequências do acentuado processo de erosão da nossa Costa Atlântica e da necessidade imperiosa de um investimento estruturado e contínuo que permita uma intervenção consequente e eficaz de defesa costeira.

A Costa da Caparica sofreu, ao longo dos tempos, com essa ausência de política e com uma evidente prática errática nesta matéria, que apenas começou a ser colmatada aquando da planeada intervenção de enchimento artificial de areia a cargo do INAG.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta intervenção é fundamental, pois permite promover uma defesa costeira mais efectiva não deixando de assegurar a manutenção da mais valia social e económica que é a existência da actual frente de praias.

No entanto, esta intervenção que foi projectada para ter 3 fases, ficou apenas pela conclusão da sua segunda, não tendo por isso sido possível monitorizar sobre os efeitos totais do que estava planeado, bem como o comportamento ao nível da reposição ou erosão dessas mesmas defesas costeiras.

Porque é evidente que só se pode avaliar as consequências das intervenções depois de completamente executadas, sobretudo, porque esta pode ser uma medida que careça futuramente de novas intervenções periódicas, pelo que é fundamental ter uma avaliação completa dos efeitos das mesmas.

Considerando que, nos termos do Despacho nº 11.191/2007, do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, de 15 de Maio de 2007 foi constituída uma Comissão de Acompanhamento das intervenções na Costa da Caparica, à qual compete acompanhar o conjunto de intervenções de defesa costeira programadas e em curso na Costa da Caparica, prestando todo o apoio que se revelar necessário para a sua implementação, manter informados os agentes económicos, os utilizadores a população em geral sobre o desenrolar das intervenções, podendo para isso promover reuniões sectoriais ou sessões públicas de esclarecimento, e acompanhar a evolução da situação na área das intervenções e o impacte resultante das mesmas.

Considerando que, nos termos do mesmo Despacho, aquela Comissão de Acompanhamento é composta por um representante do Governo Civil de Setúbal, que coordena, um Representante do Instituto da Agua, um representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, um representante do Gabinete Polis da Costa da Caparica, um representante da Câmara Municipal de Almada, um representante da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e um representante da Junta de Freguesia da Trafaria.

Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 16 de Junho, delibera:

- 1- Recomendar aos representantes municipais (representante da Assembleia Municipal e Presidentes das Juntas de Freguesia da Costa da Caparica e Trafaria) que solicitem ao Sr. Governador Civil do Distrito de Setúbal a convocação urgente de uma reunião da comissão de acompanhamento das intervenções na Costa da Caparica, nos termos do Despacho nº 11.191/2007, do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, de 15 de Maio de 2007.
- 2- Solicitar à Mesa da Assembleia Municipal que obtenha informações junto do Instituto Nacional da Agua (INAG) relativa à intervenção planeada de defesa costeira da Costa da Caparica através da realização da 3a fase planeada e não executada, designadamente o calendário de concretização desta obra ou eventuais razões para a sua não realização.
- 3- Que a informação obtida neste âmbito seja tornada pública através da divulgação junto dos Órgãos de Comunicação Social."

6.2.2 - O Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Por uma Costa da Caparica mais limpa

A Costa da Caparica é um dos cartões de visita mais belos que Almada tem para oferecer.

Durante o ano, mas sobretudo nos meses de Verão, temos na nesta cidade, um conjunto muito significativo de pessoas que ali acorrem para usufruir de condições naturais únicas e que podem, e devem, ser potenciadas por forma a assegurar mais riqueza, mais emprego, e logo mais desenvolvimento para todos os Almadenses.

No entanto, todos vamos sendo testemunhas de que a Costa da Caparica, seja durante a época balnear, seja mesmo fora desta, encontra-se demasiadas vezes com sérios problemas de limpeza, sendo que importa que se encontre uma solução estruturada e que permita uma actuação constante ao longo de todo o ano e incrementada durante os meses da chamada época alta.

Porque um dos cartões de visita e grande fonte de rendimento de Almada tem de melhorar na limpeza e higiene.

Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 16 de Junho, delibera:

1- Recomendar que a Câmara Municipal de Almada, Junta de Freguesia da Costa da Caparica e Amarsul considerem o reforço dos meios de limpeza disponíveis para a Costa da Caparica."

6.2.3 - O Deputado Municipal Armando Barata (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Proposta/Deliberação

COSTA DA CAPARICA - PRAIA DO SOL!

A Costa da Caparica é um diamante em bruto que precisa de ser lapidado e devidamente divulgado por forma a cativar mais turistas e a assegurar que estes possam deixar no concelho de Almada mais riqueza que seja redistribuída por todos nos níveis de qualidade de vida que promovemos.

A chamada Praia do Sol tem condições naturais excepcionais, mas nem sempre tem sido uma aposta na criação de uma marca mais forte, apelativa e capaz de chamar ainda mais a atenção para si mesma. Para que tal seja possível é fundamental desenvolver um projecto de divulgação que envolva a Autarquia, a Junta de Freguesia, a associação de comerciantes, restauração e hotelaria, por forma a colocar em prática uma linha de comunicação mais forte, coerente e chamativa sobre as qualidades que temos e as vantagens que apresentamos a todos aqueles que podem vir usufruir das nossas potencialidades.

Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 16 de Junho, delibera:

1- Recomendar à Câmara Municipal que lidere um projecto de lançamento de uma Campanha de nova Imagem e Divulgação da Marca "Costa da Caparica - Praia do Sol", para garantir que todos os agentes que lutam por uma Costa da Caparica mais pujante possam ajudar a divulgá-la e engrandecê-la.

6.2.4 - O Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Defender a Toponímia da nossa terra

Pode haver quem pense que uma placa Toponímica é algo que apenas serve para dar um nome a uma coisa, no caso uma rua, um largo um qualquer sítio da Cidade.

Uma coisa sem grande importância poderão dizer!

Achamos que tal maneira de pensar está errada. Assim como é errado e condenável a forma como um número significativo de placas Toponímicas do nosso Concelho se encontram muito mal tratadas. São danificadas por quem não respeita um património que é de todos.

A Toponímia para além do seu significado e importância como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização, contém também componentes da nossa memória colectiva; perpetuando nomes de pessoas que marcaram uma época e mereceram o reconhecimento da Sociedade.

Ficamos inquietos, por verificar que várias destas placas Toponímicas, muito danificadas assim permanecem há já algum tempo, sem se vislumbrar que algo esteja a fazer-se, para corrigir o que é feito de forma absolutamente abusiva e provavelmente pela calada da noite.

Destruir é mais fácil e mais rápido do que consertar. Mas julgamos indispensável repor as placas Toponímicas nas devidas condições.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária realizada em 16 de Junho de 2011 delibera:

1- Recomendar à CMA e às Juntas de Freguesia que tenham em consideração os procedimentos para a identificação e reparação de todas as placas Toponímicas danificadas.

Eu deixarei na Mesa alguns exemplos com fotografias de algumas placas toponímicas, uma mínima parte dom certeza constatada por todos vós."

6.2.5 - O Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma breve intervenção para dizer que vamos votar favoravelmente todas as propostas, as três Moções do PSD e a Moção do Bloco de Esquerda.

Relativamente à proposta do PSD "Por uma Costa da Caparica mais limpa", aquilo que desejamos é que efectivamente esta proposta, como se costuma dizer, não caia em saco roto, e que aquilo que é aqui preconizado seja efectivamente uma realidade. Uma realidade diferente daquela que tem sido a realidade, ou seja, uma Costa da Caparica não limpa, para não dizer uma Costa da Caparica suja, em que nós assistimos a isso permanentemente. E até porque estamos aqui na Costa da Caparica eu espero que esta Moção faça história e que a Costa da Caparica venha a ser aquilo que todos nós queremos, ou seja, a jóia da coroa para utilizar um termo da Sr.^a Presidente da Câmara, mas quando se fala da jóia da coroa tem que se falar na realidade e no concreto e não circunstancialmente num determinado momento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois dizer relativamente à Moção do Bloco de Esquerda, de facto tem razão, tem razão porque a toponímia é um pouco mal tratada. E é mal tratada porque muitas das vezes há actos de vandalismo, não se recupera essa placa toponímica e há depois uma situação que é verdade, é que a degradação traz sempre degradação atrás, e se não se concerta essa placa toponímica acaba por ficar ainda mais degradada. De forma que também aqui nós esperamos que tenha êxito na sua Moção e que efectivamente ela venha a contribuir para que a toponímia seja melhor tratada do que é."

6.2.6 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu também gostaria de deixar uma ou outra nota relativamente aos documentos que estão em apreciação, começando por me associar também a esta proposta que conduzirá certamente à reunião da Comissão de acompanhamento, ao aumento da areia na Costa da Caparica, atribuída ao INAG e através da Comissão que foi constituída por proposta desta própria Assembleia Municipal.

Eu acho que é importante que a Comissão volte a funcionar, que este acompanhamento continue a ser feito, que o observatório funcione de modo a que os resultados que durante o período em que o seu funcionamento decorreu com toda a normalidade se alcançaram.

Queria deixar nota relativamente à questão da propostas "Por uma Costa da Caparica mais limpa", que de facto no período de 89-93 quando o Sr. Deputado Miguel Duarte era Vereador da limpeza, a Costa brilhou. Os problemas da limpeza ofuscaram sempre os diferentes eleitos, e naturalmente por maioria de razões a Presidente da Câmara, que é aquela que representa todos e dá a cara por todos. E portanto, se têm existido ao longo do tempo problemas com a limpeza, eles não são de hoje, nem de ontem, nem de anteontem, o problema da limpeza é um problema sério, é um problema complexo, é um problema que passa não apenas por recursos e um trabalho aturado dos trabalhadores, mas passa também por uma acção cada vez mais colaborante e cívica da parte de todos. E por isso a educação para o ambiente, a sensibilização, etc., são investimentos permanentes e têm que ser feitos mas também ao nível dos recursos humanos. Humanos e materiais. E queria deixar nota de que por exemplo na Costa da Caparica há uma empresa a funcionar. Na Costa da Caparica, para além dos recursos humanos que a Câmara tem neste território, existe uma empresa a funcionar durante todo o ano. E portanto, é evidente que com isto não estou a dizer que não é necessário aprofundar e aperfeiçoar o trabalho e continuar a apelar à população e aos utilizadores deste território para que o deixem limpo quando saem dele e muitas vezes vão a caminho de outras bandas que não Almada. E portanto, temos que assim continuar a trabalhar.

Dizer que há poucos dias entrou em funcionamento, entraram dois novos carros do lixo, num investimento de mais de trezentos mil euros, que estão mais dois adjudicados, mais trezentos mil euros, seiscentos mil. Que estão três varredoras mecânicas adjudicadas, mais quatrocentos mil euros. Portanto temos, só para falar destes equipamentos, um milhão de euros de investimento em curso relativamente à limpeza, só para falar destes equipamentos. Portanto, queria deixar nota de que penso que é importante esta recomendação alargada, mas também aos cidadãos, acho que também o apelo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aos nossos cidadãos e aos nossos comerciantes e aos nossos apoios de praia para que cooperem, de modo a que a limpeza seja cada vez mais uma realidade. Eu acho que é importante, passa também pelos nossos apoios de praia, pelos nossos comerciantes, pelos utilizadores das praias, e por toda a nossa população e com certeza pela Câmara, pela Junta de Freguesia e pela AMARSUL. Mas se pudesse ser aqui acrescentado alguma coisa mais, penso que era pertinente porque não era só por aqui que a situação naturalmente passa. Mas está acertado e não sou eu que vou destabilizar o que está entendido entre os Deputados Municipais. Mas penso que as referências que estou aqui a fazer, as achegas que estou aqui a dar são absolutamente pertinentes porque se trata de questões conhecidas por todos.

Queria também deixar nota relativamente à toponímia. Eu penso que é importante que esta questão venha, é uma preocupação certamente que ninguém gosta de ver a toponímia mal tratada, com os tagues que por aí inundam tudo, mas também partida, mal conservada, porque estão ali reflectidos sejam os lugares, sejam os nossos historiadores, os nossos artistas, os homens e as mulheres do trabalho, políticos, etc., intelectuais, sejam os trabalhadores, sejam aquelas referências que existem no nosso Concelho em homenagem aos sectores emblemáticos da vida da nossa terra, e portanto não gostamos, é preciso que esta situação melhore, é verdade, e é importante que o seja. Penso que é importante deixar esta nota à Câmara e às Juntas de Freguesia. Nós temos o regulamento de descentralização mas o facto de haver descentralização não quer dizer que a Câmara não deva cooperar com as Freguesias e as Freguesias com a Câmara. Temos que fazer e fazemos um trabalho interessante em conjunto, mas é importante e temos que fazer um esforço, todos, para ir mais além. Portanto, é assim que eu entendo a recomendação que aqui é feita, porque de facto eu própria quando recebi a Moção que estava feita falei também com o Presidente da Assembleia e disse "de facto existe no Regulamento de descentralização esta descentralização nas nossas Juntas de Freguesia", mas não é justo que o assunto seja remetido para as Juntas de Freguesia exclusivamente e que se diga "não, está descentralizado, são as Juntas", não, o Poder Local no seu conjunto, quer esteja descentralizado, quer não esteja, deve cooperar e deve intervir no sentido da resolução dos problemas, é assim que trabalhamos em Almada, quer seja na limpeza, quer seja na recolha dos monos, quer seja na pintura dos muros e por aí fora, e penso que somos um bom exemplo para o País, de cooperação entre autarcas da Câmara e autarcas das nossas Freguesias.

Por último, em relação a esta ideia Costa da Caparica - Praia do Sol. Meus queridos, eu aqui tenho alguma coisa a dizer-vos que é um bocadinho dissonante daquilo que vocês aqui trazem. E é dissonante porquê? Nós temos o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, o Plano Estratégico neste momento já tem constituída uma plataforma de actores chave, uma plataforma que é constituída pelos hotéis, pelos restaurantes, pelas instituições de cultura, de desporto, de desportos de mar, enfim o Surf, o Bodyboard e todos esses desportos marítimos e também as nossas instituições de ensino superior que têm um parque extraordinário de salas para Congressos, para Seminários, para no fim de contas o nosso produto do MICE de encontros, das conferências, dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

negócios, e portanto nós estamos já a trabalhar neste momento em reuniões regulares para a elaboração de um Plano Plurianual de Acção. Este Plano Plurianual de Acção está em construção. O Vereador António Matos que é o Vereador responsável pelo Turismo, penso, quantas reuniões a plataforma? O Grupo do Alojamento, portanto nós temos o produto Sol e Mar, temos o produto do Golfe, temos o produto de Turismo Religioso e temos o produto do MICE e temos outros produtos, estes já estão em desenvolvimento e têm já potencial evidenciado, e há outros produtos que são emergentes e sobre os quais também se vai começar a trabalhar. São eles o produto Turismo da Natureza, Turismo Cultural, o Turismo Gastronómico e portanto tudo isto está identificado. Nós temos na nossa Arribatejo a Agência de Desenvolvimento Local Arribatejo com a responsabilidade pela execução do Plano. Essa execução do Plano é feita com o acompanhamento técnico e científico da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. E portanto o que eu vos quero dizer é que não podemos andar a criar produtos uns atrás dos outros. Nós temos um produto que é o nosso Concelho e é esse produto que nós temos que promover e naturalmente a história da marca e depois promover os produtos turísticos específicos que é o Religioso, o Sol e Mar, o MICE e também o Turismo do Golfe, e os outros emergentes. Portanto o que é que eu acho? Acho que é um pouco extemporâneo, compreendo a vossa iniciativa, a vossa ideia, mas isto está perfeitamente ultrapassado, porque está-se a trabalhar noutra campeonato e num trabalho de articulação e de cooperação no qual nós temos grandes expectativas. Durante as festas da nossa Cidade, vai sair em termos de spot que sempre acontece nas festas da Cidade, naturalmente com menos investimento do que em anos anteriores, exactamente a promoção do turismo, a promoção do nosso Concelho enquanto destino turístico e também aquele encarte que habitualmente sai durante as festas da Cidade, associado ao expresso, há muitos anos que ele assim tem saído, também dedica desta vez a atenção em exclusivo à questão Turismo. Depois também e penso que os Srs. Deputados saberão que o nosso Município, porque a Assembleia Municipal assim o determinou, é um dos sócios fundadores da fundação ESHTe, Investigação e Desenvolvimento na Área do Turismo. O que eu aqui quero trazer de novo é que a escritura já foi feita, a escritura da Fundação já foi feita e nela e para ela convergiram vinte e três entidades, não só o Poder Local, como empresas públicas e empresas privadas."

6.2.7 - A Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dar conta do sentido de voto da CDU às Moções que estão em apreciação. Contudo gostava de fazer uma primeira nota que é gratificante quando as diversas forças políticas conseguem convergir nas alterações às propostas que individualmente apresentam para que efectivamente exista uma vontade unânime da Assembleia, no sentido de melhorar a vida das populações, a vida dos munícipes, a vida das nossas Freguesias.

A segunda nota, e portanto isto com ética e com responsabilidade consegue-se efectivamente fazer política com os valores que nós defendemos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A outra nota é, estas questões da descentralização das Assembleias, talvez por isso, tirando a do Bloco de Esquerda, as Moções do PSD incidem fundamentalmente sobre a Costa da Caparica, mas ainda assim eu gostava de colocar uma outra que se calhar para a próxima que não aqui, ainda assim temos que avaliar que é a necessidade do reforço de policiamento de proximidade, que é a necessidade de dotar os meios da Guarda Nacional Republicana, meios técnicos e humanos para melhor satisfazer, digamos assim, e retirar aquele medo que as populações têm com o aumento da criminalidade e por outro lado dizer tal como no Algarve também está a ser feito essa exigência na medida em que os corpos de intervenção, a chamada polícia de choque não é seguramente para fazer a pedagogia da prevenção do crime e portanto não é esta polícia que deve fazer o policiamento de proximidade. Seguramente havemos de chegar a esta abordagem.

Mas também uma outra nota se me permitem que é e nós abordaremos isso seguramente mais tarde e noutro contexto que é a questão dos altíssimos constrangimentos que por força da assinatura com a chamada Troika estrangeira o País, o povo, toda a gente vai sofrer e parece-me que a CDU denunciou isso na campanha eleitoral, digamos, todas estas coisas mais complicadas que se vão colocar da Troika, mas parece-me permitam-me o desabafo, que não foram só os Partidos subscritores da Troika que não fizeram ao povo, aos eleitores, mas também não o fizeram no seio dos seus militantes e se calhar até de alguns quadros dirigentes, nomeadamente locais. E só assim eu entendo que por exemplo o Sr. Deputado do Partido Socialista aqui venha dizer, vamos lá ver se isto não cai em saco roto. Porque na justa medida em que os cortes para as autarquias, para o Poder Local, são o dobro do Poder Central, nomeadamente em recursos humanos, em baixa e redução efectiva de transferências de dinheiro, que se prevê o aumento do IMI não para os cofres das autarquias, mas para uma conta à parte para a redução do deficit, com certeza Srs. Deputados que nós vamos ter constrangimentos e portanto tudo o que seja adquirir bens, adquirir material, adquirir mais trabalhadores ou até contratar mais empresas para a limpeza, que é uma coisa já agora transversal a todas as Freguesias e que nos tem preocupado e também por isso costumamos dizer que o esforço que a Autarquia faz, apesar de tudo ainda não conseguiu os resultados que todos nós queremos, é nesse sentido que nós vamos votar favoravelmente as Moções do PSD da limpeza, a do reforço de areias, mas eu não tive tempo de explicar no meu contacto com o PSD porque é que não estamos de acordo com a marca, a Praia do Sol, e a Sr.^a Presidente fez o favor de desenvolver de uma forma que eu se calhar não iria tão longe, mas dizer que a Costa da Caparica seguramente tem que ser muito mais que a marca do Sol e a marca da água. E portanto votaremos favoravelmente todas as Moções e também agradecemos esta reformulação das questões da Moção do Bloco de Esquerda, e estão-me aqui a dizer e estou a ouvir e vou falar de alto, porque a Costa mesmo quando não há Sol é para ser visitada."

6.2.8 - O Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma breve apreciação dos textos que foram apresentados. Relativamente à Proposta sobre a Defesa Costeira, eu tenho aqui algumas dúvidas e isso vai determinar o meu sentido de voto, eu tenho muitas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dúvidas relativamente à solução do enchimento artificial de areia, dúvidas, não tenho opinião formada, já ouvi pareceres favoráveis e pareceres desfavoráveis de pessoas tecnicamente preparadas. E acho que é preciso uma apreciação e um esclarecimento técnico que permita saber se essa, que não é uma solução, se esse rendimento caro é de facto uma solução. Mas este texto não deixa de me levantar alguma preocupação relativamente àquilo que se está a pensar fazer na Costa. Porque afinal a erosão costeira é um facto. Projecta-se que se acentue no futuro, dentro da informação que temos disponível, e é surpreendente como face a isto, nós temos um Polis que vai continuar a fazer construção junto à faixa costeira. E portanto, numa zona que se prevê seja sujeita a uma erosão forte no futuro. Pois é, uma Costa mais limpa, é fácil culpar os cidadãos, mas também podia ser fácil olhar os exemplos, os bons exemplos de outros Concelhos em Portugal, onde também há cidadãos portugueses e visitantes, e as coisas funcionam. O que é preciso é meios adequados, é preciso competência, é preciso acompanhamento, fiscalização, é preciso também dar o exemplo, a própria Autarquia dar o exemplo. É preciso vontade política e é preciso capacidade para o fazer e não é preciso mais dinheiro, não é uma questão de mandar dinheiro para cima dos problemas.

Relativamente ao projecto Praia do Sol, que também é evidente que a Costa da Caparica deve ser mais do que turismo de toalha estendida na areia, tivemos aqui há uns tempos, aqui numa Sessão da Costa uma intervenção do Sr. Professor João Jonais de Melo muito interessante, é pena que de facto um Polis tão caro não pense a Costa da Caparica como um destino turístico para muito mais do que toalha estendida na areia, que tenha sonhos irrealizáveis de hotéis de luxo que nunca vão existir e que não pense naquilo que é o seu património e aquilo que é a Costa e aquilo que pode ser a Costa durante todo o ano. E aquilo que pode ser a Costa daqui a umas décadas. Isso não está pensado. E entretanto dançamos entre plataformas, projectos e planos, muitos pés, outra propaganda, outro pé e outro pé a minha perplexidade, porque quem ouvisse falar a Sr.^a Presidente da Câmara, parecia que tinha entrado para as suas funções há quatro anos ou cinco, porque aquilo que é a Costa hoje é sua responsabilidade Sr.^a Presidente da Câmara. Votaremos também favoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda, e já agora saudar as palavras da Sr.^a Deputada Luísa Ramos, mas veja lá que a queixar-se do aumento da criminalidade e a pedir mais policiamento se não passa a ser uma perigosa securitária às ordens do Dr. Portas."

6.2.9 - O Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Palavras breves apenas para assinalar o sentido de voto do Bloco de Esquerda acerca das Moções em apreço. O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente a proposta de Moção do PSD "Por uma verdadeira Defesa Costeira" independentemente de acharmos que outros debates estão por fazer, e serão feitos com certeza no futuro, à medida que a natureza for vencendo as tentativas que a técnica vai conseguindo encontrar, provavelmente teremos de encontrar outras soluções, mas o que somos forçados a verificar no terreno é que esta questão do enchimento tem mostrado alguma valia, e portanto não podemos ser indiferentes a que isso é de facto uma realidade. Agora no futuro nós vamos ser



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

colocados sobre uma discussão mais aprofundada que nos poderá remeter para a discussão sobre o fecho da Golada ou o não fecho da Golada, etc.. Mas agora parece-nos pertinente e vamos votar a favor.

Sobre as outras Moções, isto não é nenhuma critica de maneira nenhuma mas só chamava a atenção para o seguinte, o PSD apresenta uma Moção sobre uma Costa da Caparica mais limpa, onde se pode ler que um conjunto muito significativo de pessoas que ali ocorrem, quer-se dizer que é um conjunto muito significativo de pessoas, são muitas pessoas, mas depois na outra Moção diz-se que divulgar por forma a cativar mais turistas, eu não quero aqui encontrar nenhuma diferença entre pessoas e turistas, mas se concordam como nós concordamos que a Costa da Caparica é visitada por um número muito significativo de pessoas e queremos arranjar forma de atrair mais turistas, quer dizer, ai Jesus que não há forma de manter a Costa limpa. Eu acho que devemos aumentar a qualidade do que temos a oferecer na Costa e acho que é isso que o PSD também quer dizer.

Nós vamos votar a favor da Moção "Por uma Costa mais Limpa" achamos que o que aqui está dito não está a esquecer as outras Freguesias. Todas as Freguesias deste Concelho têm um problema com a limpeza e não podemos vir aqui umas vezes dizer que existe falta de civismo e depois outras vezes ignorar a falta de civismo, porque é um facto é que existe uma grande indiferença por parte de muita gente que ainda pega no seu saco de lixo e manda pela janela fora. Ainda existe muita gente neste Concelho que tem os seus animais nas varandas a urinar directamente para a rua, para cima do passeio, se isto não é falta de civismo o que é? O que é?

Eu acho que nós devemos ficar inquietos, indignados perante estas situações. Evidentemente exigir da Câmara e dos serviços competentes uma maior preocupação com estas coisas. Por isso nós, aliás na linha do que temos sempre aqui feito em relação às Moções que o PSD aqui apresenta, que nós reconhecemos sempre uma preocupação a bem da população iremos também votar a favor. A outra da marca nós vamo-nos abster."

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados:

6.3.1 - A Moção/Deliberação Por uma verdadeira Defesa Costeira, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Neves, foi aprovada por maioria com quarenta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, e um voto do CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena).

6.3.2 - A Moção/Deliberação Por uma Costa da Caparica mais limpa, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado, foi aprovada por unanimidade.

6.3.3 - A Moção/Deliberação Costa da Caparica - Praia do Sol, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Armando Barata, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE).

6.3.4 - A Moção/Deliberação Defender a Toponímia da nossa terra, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por unanimidade.

7 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena, Sérgio Taipas e Miguel Salvado para apresentares declarações políticas.

7.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, rapidamente um assunto de interesse para o Concelho, para a Costa da Caparica, esta semana ouvia-se discutir na televisão, já sei é um assunto que trago aqui de forma recorrente, mas esta semana ouvia-se discutir na televisão a sustentabilidade alimentar. Sustentabilidade alimentar. Aquilo que a ONU definiu como o grande desafio das Cidades para o Século XXI, a agricultura é hoje mais do que um imperativo da ONU, é hoje quase uma emergência neste tempo de crise que vivemos. Não sei durante mais quantos anos é que vamos poder continuar a importar tomates de Espanha, pimentos da Holanda, uvas da África do Sul, batatas do Chile, maçãs da Nova Zelândia, enfim. Estamos na Costa da Caparica, onde há aquelas que foram consideradas pelo Sr. Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, um nome não grato por esta maioria, a terra agrícola mais fértil da Europa. É um património riquíssimo e é um património que está ameaçado, já sabemos, com uma estrada inútil que apenas é um Cavalo de Tróia para a especulação imobiliária em área protegida. E portanto hoje aqui na Costa não gostaria de deixar passar um momento e mais uma vez, trazer este assunto a esta Assembleia, perceber que se não há Metro Sul do Tejo na Costa, se o comboio de praia foi afastado para muito longe, isso tem um propósito, tornar esta estrada obrigatória, dizer-se que ela é obrigatória para se poder fazer a especulação imobiliária em área protegida. E explicar que ela é inútil porque afinal a algumas centenas de metros está a ser construído o IC32 que juntamente com o alargamento da Estrada Florestal que hoje existe e sem danos significativos para o ambiente, proporcionaria a solução devida de acesso às praias. É um engano, é um logro, esta Câmara Municipal insistir nesta ideia e neste logro, noutro dia ouvi sacudir a culpa agora para cima das Estradas de Portugal, como se este não fosse um propósito e uma coisa que este Município sempre exigiu e defendeu. Portanto, é de lamentar, estando aqui hoje na Costa da Caparica, lamentar que numa altura em que a produção agrícola dentro das cidades é uma urgência, nós queiramos destruir o nosso mais rico património."

7.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As eleições de 5 de Junho e o prosseguimento da luta por uma alternativa política

As eleições legislativas do passado 5 de Junho realizaram-se num contexto específico muito próprio, provocado desde logo pelo acordo assinado pelas duas troikas, que se pré-constituiu como programa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de governo igualmente assumido por PS, PSD e CDS/PP e foi massivamente propagandeado como se a única alternativa possível fosse a submissão e a resignação ao esbulho do capital financeiro a Portugal.

Na campanha eleitoral acentuou-se o clima de bipolarização nos “candidatos a primeiro-ministro”, diluindo-se nas divergências das personificações as convergências essenciais das políticas. A situação muito difícil em que o país se encontra foi dirimida como se nenhum deles fosse ou tivesse sido co-responsável por tudo o que a ela conduziu. Os sacrifícios necessários foram sempre apresentados como se estivessem a ser “pedidos” a todos os portugueses e como se a verdade não fosse que estão a ser impostos à generalidade dos trabalhadores e do povo português, persistindo incólumes os que têm lucrado e continuarão a lucrar com a crise, a manter-se este quadro. Salvaguardando por unanimidade a submissão a esta agressão inadmissível da troika internacional, hipocritamente apresentada como “ajuda”, a troika portuguesa escondeu até onde lhe foi possível qualquer referência mais detalhada ou concreta às medidas reais que sobre nós se vão abater, criando o cenário geral e abstracto do negrume da sua inevitabilidade com o óbvio intuito de instalar medos e inseguranças susceptíveis de reagir contra os “riscos” da mudança. Como referência pós-eleitoral, sabemos hoje que o primeiro-ministro indigitado pretende ir ainda mais longe.

Neste clima cooperou a comunicação social de serviço e, de forma peculiar, o Presidente da República, exercendo inaceitável pressão sobre os cidadãos eleitores, inclusive na véspera e no próprio dia das eleições, a par do descobrimento da agricultura e da nossa vocação marítima, esquecido (ou lembrado) de que no seu tempo de primeiro-ministro agricultores foram subsidiados para deixarem de cultivar a terra, a indústria naval foi dizimada e a frota pesqueira desmantelada (também aqui com a “ajuda” e financiamento da União Europeia). Como é longa e funda a história destes percursos e destes ciclos.

Em acção de esclarecimento e mobilização contra ventos e marés e afirmando a possibilidade e sobretudo a necessidade e urgência de uma alternativa política que não agrave ainda mais a vida dos portugueses e não arraste o país para o abismo, apresentou-se a CDU com a força das suas convicções, dos seus valores e dos seus princípios de sempre, ancorados de modo coerente, consistente e inequívoco num projecto de construção de uma sociedade diferente e mais justa, que não se desfaz com os ventos nem vai à boleia de modas de ocasião, de demagogias ou oportunismos mais ou menos revelados ou ocultados e que nunca se confinou nem limitará apenas às batalhas eleitorais.

Assim, os resultados das eleições reconfirmaram o exagero da nossa morte há muito anunciada pelos profetas da desgraça e da mentira e confirmaram também o carácter necessário e insubstituível do trabalho e da intervenção da CDU e do PCP. O aumento ligeiro da expressão eleitoral e do número de deputados reforça as condições de confiança e determinação para prosseguir a resistência e a luta por uma política patriótica e de esquerda: patriótica porque está em presença a absoluta necessidade de defender o país das ameaças à nossa soberania e independência; de esquerda pois se impõe, como sempre, de forma limpa e inequívoca, a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo contra a exploração.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Os resultados eleitorais exprimem a veemente condenação da desastrosa política de direita do governo PS, enroupado em retórica de esquerda nesta sua fase terminal, argumentando, por exemplo, a defesa do “Estado social” como sua propriedade distintiva, enquanto, à vista de todos, o fora destruindo sistematicamente. Se considerarmos o balanço dos seis anos do consulado de José Sócrates (2005-2011), o PS desceu mais de um milhão de votos, cai de 45% para 28% e perde 47 deputados, ou seja, 39% da sua expressão parlamentar. Dramáticas e solenes declarações de que serão “oposição responsável”, leia-se subscritora, seja qual for a futura direcção, relevam, por um lado, o compromisso da continuidade do seu envolvimento nas opções de direita e, por outro, os limites da sua capacidade de aprender com a história.

Beneficiários conjunturais desta condenação, embora não tanto quanto esperariam, PSD e CDS/PP aprestam-se a concretizar agora, enquanto governo, as premeditadas medidas que, enquanto candidatos, diluíram em abstracções e, ao que já se sabe, de modo ainda mais diligente do que exigem as imposições da troika internacional.

Antevê-se pois maior exploração dos trabalhadores e dos portugueses em geral, sobretudo dos mais vulneráveis e não serão resolvidos por esta via os problemas do país. A solução não está em ancorar o barco no meio da tempestade nem em dar o ouro ao bandido.

O tecido e os problemas sociais, a manifestação das lutas populares e a expressão eleitoral político-partidária nunca foram nem serão coincidentes. E às lutas se têm juntado sempre muitos cidadãos, quando ameaçados, independentemente do seu sentido de voto. No Portugal democrático de Abril, maiorias absolutas caíram por mais de uma vez quando a contestação popular o determinou, demonstrando sempre que não há estabilidade política sem estabilidade social ou dessintonizada da capacidade de resolver os problemas reais. É precisamente o que voltará a acontecer.

A situação em que nos encontramos, quer a nível europeu, quer a nível nacional, em síntese, é a de apoio ao capital financeiro e aos grandes grupos económicos que continuam a lucrar com as crises, à custa do agravamento da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores e do(s) povo(s).

É necessário continuar a dizer aos portugueses que, nesta Europa, o poder político se encontra cada vez mais subordinado à financeirização desenfreada da economia: é o BCE quem determina a política monetária, acima das decisões dos órgãos políticos eleitos, nacionais ou europeus. Esta subordinação coexiste com a concentração do poder económico e político nas grandes potências, cada vez mais hegemonizada pela Alemanha, com o esbulho, estrangulamento do desenvolvimento económico, dependência externa e aumento em espiral das dívidas dos países já fortemente endividados e, obviamente, com a progressiva consolidação do capital monopolista e a intensificação da exploração dos trabalhadores. É hoje uma Europa remendada e só quem quer ser cego não vê as evidentes e cada vez mais generalizadas manifestações de instabilidade e protestos sociais, organizados ou espontâneos.

É necessário continuar a recordar aos portugueses que, em paralelo com a situação europeia, são traços constantes da evolução portuguesa, desde os anos oitenta, por mão de PS, PSD e CDS/PP: o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

domínio do poder político pelo poder económico e pelo capital financeiro; a perda acelerada por parte do Estado de instrumentos de poder macroeconómico – privatizações, multiplicidade de parcerias público privadas ruinosas; o crescimento anémico da economia, o que significa que o aumento da contracção da dívida não serviu para promover o desenvolvimento económico do país; desperdício, má gestão, ataque sistemático e crescente ao trabalho, ausência de objectivos de desenvolvimento económico e emprego e enorme insensibilidade social. Os generalizados desleixo e incompetência, quando não intencionalidade, na gestão do sector público e empresarial do Estado têm embalado teorias que apontam, não para a necessária criminalização dos responsáveis por gerir mal o que a todos pertence, mas a inenarrável asserção que o privado é que defende melhor os interesses do serviço público.

É necessário continuar a demonstrar aos portugueses que as imposições da troika internacional são a maior agressão aos seus direitos e aos interesses do país desde o tempo do fascismo. Assinados nas costas do povo pela troika portuguesa, casam o que de pior se tem feito em nome das gulas, quer na União Europeia, quer em Portugal. O que se torna cada vez mais evidente é que temos à vista, entre muitos outros, o agravamento da recessão económica e da dependência externa, do desemprego, da pobreza, da exploração do trabalho, do aumento brutal e cego dos impostos e das subidas de preços. Teremos também cortes brutais na saúde, educação, justiça, políticas sociais.

Mas no acordo entre as troikas há também apoios generosos à banca e aos grupos económicos isentos de medidas de penalização, devidamente engordados com as privatizações e outros emagrecimentos do Estado, com absoluta garantia de que os habituais alvos dos sacrifícios pagarão inclusivamente os prejuízos da gestão fraudulenta (BPN, por exemplo).

É necessário recordar aqui e agora, nesta Assembleia Municipal, que o acordo prevê cortes brutais e a eito na administração local, com óbvias e gravíssimas consequências no desempenho insubstituível do poder local democrático e na qualidade e mesmo na possibilidade da prestação de serviços às populações: a eliminação de municípios e freguesias em número significativo, a redução de postos de trabalho na administração pública (sendo que a redução na administração local é dupla da administração central), alteração da lei das finanças locais provocando ainda mais injustiças e constrangimentos e ingerência na administração autárquica autónoma. Será interessante acompanhar como compatibilizarão certos grupos e deputados municipais as exigências reiteradas e demagógicas à Câmara Municipal de tudo fazer, quer lhe compita quer não, com o esbulho de recursos humanos e financeiros que, certamente apoiarão, quer em nome do acordo, do governo ou da oposição responsável.

É cada vez mais necessário e urgente afirmar e construir uma política de ruptura que caminhe em sentidos precisamente inversos, entre outros: defesa da produção e do aparelho produtivo nacional; forte investimento público e reforço do sector empresarial do Estado; diminuição dos custos dos factores de produção – energia, crédito, comunicações, transportes; valorização dos salários, com aumento do salário mínimo e pensões de reforma; combate à precariedade de emprego; tributação dos grupos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

financeiros e económicos; reposição de apoios sociais, garantia de serviço nacional de saúde, ensino público, segurança social pública e universal. Neste contexto, e considerando a situação a que chegámos, o PCP foi o primeiro a reclamar e voltará a fazê-lo, que é urgente a renegociação da dívida melhorando as taxas de juros, aumentando os prazos de pagamento e viabilizando melhores condições para o crescimento da economia portuguesa.

Em suma.

É necessário aprofundar o debate e o esclarecimento.

É necessário mobilizar para a necessidade e urgência da luta contra estas agressões e da ruptura com esta política.

É necessário construir uma alternativa patriótica e de esquerda, global, coerente, consistente e exequível, ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país.

É esse o nosso compromisso de acção."

7.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais uma vez depois da declaração em formato cassete que aqui tivemos só queríamos saber se estava a ler a última página do Avente ou o editorial."

8 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

8.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a eleição do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.

8.1.1 - Deram entrada na Mesa duas listas, a Lista A - apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, propondo como Candidata a Sr.^a Deputada Municipal Elisabete Peres Pereira e a Lista B - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, propondo como Candidato o Sr. Deputado Municipal Armando de Jesus Barata, (**Conforme Anexos XXIX e XXX**).

8.1.2 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se de imediato às operações conducentes à realização do acto eleitoral.

8.1.3 - Foram distribuídos os boletins de voto e recolhidos em urna volante sendo o resultado do escrutínio anunciado pelo Sr. Presidente: Lista A - vinte e três votos (23); Lista B - dezasseis votos (16); Abstenções - três (3); Brancos - dois (2) e Nulos - zero (0), votantes quarenta e quatro (44).

8.1.4 - Assim o Presidente proclamou que a Assembleia Municipal elegeu para o cargo de 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal a Sr.^a Deputada Municipal Elisabete Peres Pereira assumindo de imediato as suas funções.

8.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme Anexo XXXI**).

8.2.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Actividade Municipal

8.2.2 - No Debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Miguel Duarte, Miguel Salvado, Luísa Ramos, Filomena Silva, a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente do Concelho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

8.2.2.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito obrigada pela atenção de todos, vou ser rápida. Portanto o documento está distribuído quer da parte da Actividade da Câmara quer dos Serviços Municipalizados, estamos a reportarmo-nos aos meses de Março e Abril e como habitualmente ficamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar e os esclarecimentos que nos seja possível aqui trazer."

8.2.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de dizer à Sr.^a Presidente da Câmara o seguinte, nós devemos copiar os bons exemplos, porque copiar os maus exemplos é sempre uma manifestação de incapacidade de fazer melhor e uma grande falta de ambição. E naturalmente que todos já percebemos que a Sr.^a Presidente da Câmara perdeu a ambição. E eu gostava de lhe dizer, gostava de ler a acta do dia 28 de Abril de 2011, numa intervenção que eu fiz reclamando para a minha Freguesia que é a Charneca de Caparica várias situações. Vejo com muito agrado que a Sr.^a Presidente da Câmara aqui informou da aquisição de duas viaturas já concretizadas, mais duas em andamento digamos assim, e três varredoras, que eu espero sobretudo as varredoras que sirvam para as outras Freguesias que não sejam as Freguesias da Cidade, nomeadamente a Costa da Caparica, a Charneca, a Sobreda, o Monte de Caparica. Porque na verdade quem lá mora, quando vê uma varredora quase que bate palmas de aparecer lá uma varredora. É pá uma varredora hoje aqui e tal, o pessoal animado com aquilo. E portanto, eu espero, quando é na zona onde eu moro vem o pessoal todo para, uma varredora e tal e tal. Magnífico, magnifico, rapaziada tudo ali a bater palmas.

Depois ficamos um bocado aborrecidos, porque na minha zona, há uma zona que é a Rua das Oliveiras, onde aquilo de facto, as oliveiras como sabe caem as folhas, e a varredora chegou ali e só varre naquela rua, não varre em mais rua nenhuma. Eu uma vez perguntei ao motorista da varredora por acaso até é um Senhor que eu conheço, você só vem varrer aqui? Venho só aqui. Onde o encarregado manda é varrer aqui e ir-me embora. É pá desculpe, isto não é feito por gente equilibrada, não pode ser. Então você só vem aqui e não vai varrer às outras? Não, é só aqui e agora vou-me embora. E eu percebo, porque só uma varredora não dá para varrer mais, é só para varrer ali. E eu fiquei muito satisfeito e digo isto agora à parte do humor, que na verdade as varredoras venham precisamente para essas Freguesias é muito importante que venham, porque os cidadãos destas Freguesias são iguais aos cidadãos das outras Freguesias da Cidade é que têm direitos todos somos iguais. Eu de facto já tinha visto os carros lá na Charneca, portanto os carros já lá estão é verdade, já lá foram, já lá andam e espero que então que nessa altura contribuam efectivamente por uma melhor limpeza que é isso que todos nós desejamos.

Depois Sr.^a Presidente vou pôr-lhe uma questão, que é uma questão muito importante e que lamento muito vir aqui hoje dizer que a situação está exactamente na mesma. Aliás, já tínhamos colocado esta questão em Dezembro, depois colocamo-la em Abril e hoje está exactamente na mesma, e que tem a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ver com as passadeiras para os peões Sr.^a Presidente da Câmara decidiu por uma questão de vingança não pôr, não repor as passadeiras na Charneca da Caparica, não quero imaginar. Mas a partir de hoje desta intervenção que eu hoje aqui faço, mais uma vez, e na Assembleia de Freguesia da Charneca que se vai realizar no dia 29, onde este assunto vai ser novamente debatido por iniciativa do PS, se as passadeiras não forem efectivamente postas, eu tenho que chegar à conclusão que é uma questão de retaliação para com os habitantes da Charneca não fazer as passadeiras. E repare uma coisa Sr.^a Presidente, são passadeiras sobretudo nas zonas de muita circulação, que é o caso da Estrada Nacional 377, hoje com muita circulação por força das obras que existem e portanto a maior parte das pessoas, uma grande parte das pessoas têm que fazer a circulação pela antiga Estrada Nacional. Há uma circulação enorme naquela zona e as passadeiras não existem, não existem as passadeiras, algumas pura e simplesmente deixaram de existir, outras estão degradadas e estamos nisto há uma série de meses, sem que a Câmara se preocupe com aquilo que é a segurança das pessoas. Isto é uma crítica Sr.^a Presidente que eu tenho que fazer muito firme porque na verdade aquilo que foi dito, aquilo que foi enviado para a Câmara não teve qualquer efeito. E isso naturalmente a Sr.^a há-de compreender que é de lamentar. Posto isto, eu desejava ainda abordar mais um tema que pelos vistos e volto aqui a dizer uma coisa que parece que não foi muito do agrado há bocado, as coisas caem em saco roto, que tem a ver com a plantação das árvores. Levantei uma questão que tinha a ver com uma série de árvores que existem na área da Charneca da Caparica e não só, na altura falei nisso, e que são árvores secas e que deviam de ser repostas, não foram, nomeadamente na Escola de Vale Rosal, à volta da Escola se a Sr.^a Presidente lá for verificará que as árvores estão secas, não foram repostas, já estão secas há mais de um ano, a questão já foi levantada várias vezes e continua na mesma.

Sr.^a Presidente, isto só tem dois nomes, um deles é o desleixo, e eu não digo o outro, digo só este, um deles é o desleixo. E é pena que a Câmara trate as pessoas e os residentes com este desleixo.

Depois gostava ainda para terminar de lhe referir um problema que é este, é preciso uma maior intervenção ao nível das zonas urbanas no que concerne à limpeza das ruas, mais concretamente à limpeza das ervas. Há zonas na Charneca de Caparica, zonas centrais digamos assim, mas mesmo que não fossem as pessoas são iguais têm todas o mesmo direito, em que há ervas com cerca de um metro de altura. O que é efectivamente inimaginável e impensável, isto na Cidade não há, se nós percorrermos a Cidade, a Capitão Leitão, a Av.^a 25 de Abril, Cacilhas, de facto não há estas ervas o que é muito bom e o que é agradável. Mas porque é que há ali? Porque é que quem mora ali está efectivamente ostracizado, porque é que foi para ali, efectivamente foi abandonado pela Câmara Municipal não há esse direito Sr.^a Presidente as pessoas têm todas o mesmo direito, pagam os seus impostos e têm que ter todas o mesmo tratamento, e isso efectivamente não se verifica, e eu enquanto isso não se verificar não me calarei, na verdade com esta situação que é uma situação perfeitamente injusta."

8.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu neste período às vezes até já me custa pedir a palavra, vou ser muito sincero, porque nós trazemos aqui os assuntos daqui a dois meses eu estou aqui de novo a falar dos mesmos assuntos e os problemas continuam a existir. Mas pronto, vamos continuar. Eu estou ali um bocadinho como o Sr. Deputado Luís Filipe, vamos tentando, vamos falando, pode ser que algum dia algumas coisas vão melhorando, outras mantêm-se. Realmente temos Freguesias muito mal tratadas é verdade, há aqui uma grande diferença entre as Freguesias ditas rurais e as Freguesias ditas urbanas, mas até nas urbanas já começa a haver problemas e no caso de Cacilhas tem havido algum desleixo ao nível do lixo e das limpezas. Eu não sei se é problema da coordenação dos serviços ou não, mas começa a haver muitas vezes a acumulação de resíduos sólidos urbanos que não era habitual e que não era costume e muitas vezes também acontece por alguma falta de civismo por parte das pessoas, é verdade, mas alguns contentores, aqueles enterrados que a abertura às vezes não é suficiente e às vezes há duas ou três pessoas que se lembram de pôr sacos maiores, aquilo não passa para baixo e depois é um processo que se repete a acumulação do lixo em volta. No entanto, há aqui qualquer coisa que não está muito bem, e há situações realmente de falta de limpeza inclusive nalgumas zonas ditas mais urbanas do nosso Concelho. Mas realmente quem caminha das Freguesias da Cidade para as Freguesias rurais, para a Charneca, eu por exemplo ouvi aqui há um bocado falar deste Plano de Turismo e do Plano do Golfe, sim senhora, concordamos inteiramente, mas a gente chega à estrada da Charneca que dá acesso aos campos de golfe e vê lixo por todo o lado, e nós sabemos que a Junta não tem meios suficientes, que tem que ser a Câmara. Nós conhecemos a realidade das Juntas do nosso Concelho, e mesmo assim e bem, já há competências delegadas na recolha dos monos e bem, ninguém diz o contrário e mais deveria haver, mais meios porque as Juntas às vezes estão mais próximas e conseguem actuar rapidamente. Mas a verdade é esta, a gente fala do golfe, mas depois leva os nossos turistas e os estrangeiros ao golfe e eles têm que passar por aquela imensidão de buracos, de estradas mal pavimentadas e de lixo. Depois eles lá vêem o Campo de Golfe e vêem que têm um campo de golfe e realmente é bonito. Mas até lá chegarem, e esta realidade mantêm-se há anos e anos, e havemos de continuar a falar disto porque provavelmente entretanto continua tudo na mesma.

O Jardim da Ramalha, já falámos aqui, onde era os antigos depósitos do gás, aquele espaço está completamente degradado, aquele espaço está abandonado. Foi arranjada a Capela da Ramalha e agora com o Jardim de Infância toda aquela zona está bonita, mas não se percebe porque é que aquele espaço continua naquele abandono. Os buracos dos depósitos continuam lá, não sei se é culpa da Câmara, se é culpa de quem lá tinha os depósitos, agora a verdade é que o espaço continua um pouco abandonado e mantêm-se.

As obras em Cacilhas estão a decorrer, saudamos e saudamos as iniciativas que a Câmara tem e tem tido a nível do Cais do Ginjal, do Largo de Cacilhas e da Quinta do Almaraz, esperamos que realmente possamos lá chegar um dia e que aquilo seja uma realidade. Vamos estando atentos, principalmente ao decorrer das obras em Cacilhas e depois à sua implementação da zona pedonal. Por falar em zona



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pedonal, bem vamos voltar à zona pedonal de Almada, mais uma vez, e só para relatar um facto curioso que é, já sabemos que aquilo é uma espécie de zona pedonal. Mas, um destes sábados de manhã, decidi passear pelo meio de Almada de manhã e deparei-me com uma coisa curiosa, havia uma pequena feira com uns stands de venda, de venda de artesanato e de artigos que as pessoas fazem etc., por acaso muito gira e realmente importante porque estava ali a dinamizar a Rua Luís de Queirós e do Largo da Renovação, do Largo do MFA, e reparei que estava-se a passar ali uma coisa curiosa que parecia o circuito da Boavista que vai acontecer este fim de semana no Porto, mas no meio do Centro de Almada, mas sem rails, que é os carros ali pelo meio da feira no meio dos stands, porque toda a gente para o carro agora na Rua Luís de Queirós excepto entre as nove e as cinco, dias úteis. Pronto, já sabemos que entre as nove e as cinco, dias úteis é complicado lá parar porque andam lá uns senhores que às vezes multam, da ECALMA, mas fora isso estamos à vontade porque ninguém lá vai multar, ninguém chateia, e à noite as pessoas param e durante o dia as pessoas circulam e é sábados e domingos nisto. E mais uma vez ou é zona pedonal ou não é. Mas vamos continuar nisto. Agora as pessoas estavam na feira era carros a passar pelo meio da feira, era carros para cá, era carros para lá, porque depois os carros como estacionam lá, estão as barracas, que têm que sair por algum lado, claro que as pessoas não deviam lá estacionar, mas alguma coisa está mal.

Para terminar, só falar da Estrada 377 da Charneca da Caparica, claro que continua com os seus altos, tal como a Sr.^a Presidente já uma vez nos disse pequenos desníveis, mas eles continuam lá. Eu espero sinceramente que depois das obras do IC32 estarem prontas e depois de toda aquela situação de obra ter terminado e bem, vai ser importantíssimo para o nosso Concelho aquela estrada, que possa haver uma atenção especial da Câmara em todo aquele trajecto, que não tem passeios como nós já sabemos que tem o piso como tem e que é uma zona importantíssima da Freguesia da Charneca e de circulação de quem vai para as praias, de quem vem pelas praias e vai começar o Verão, vamos começar a ter ao fim de semana ali milhares de carros, trânsito e aquilo continua na mesma."

8.2.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos a apreciar a actividade municipal de dois meses e nesse aspecto a CDU considera que há a continuação de um trabalho no sentido da resolução de problemas que vinham sendo elencados ao longo dos tempos, e portanto apraz-nos registar que estes dois meses de actividade foram efectivamente de intenso trabalho. Aliás permito-me ressaltar conclusões de alguns aspectos como as AUGI's, questões que estavam de muito difícil resolução e que estes dois meses de actividade demonstram que efectivamente se deu passos significativos na resolução dos problemas. Mas Sr.^a Presidente, mas agora queria-lhe fazer uma pergunta em concreto. Aqui na Actividade Municipal é dado a conhecer e eu acho que também aqui existem de forma muito pormenorizada o que se fez nestes dois meses, tudo, mas permita-me fazer-lhe uma pergunta na base de uma notícia que aqui vem, logo no início que tem a ver com a Revisão do Plano Director Municipal. E esta questão suscita-nos a seguinte pergunta, na medida em que os processos de revisão dos PDM's têm que obedecer às regras que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

serão contidas no novo PROT. PROT que foi discutido e que está praticamente concluído e só não está publicado porque o Governo saiu sem publicação do novo PROT, e portanto o que nós hoje temos é um PROT de 2004, se não estou enganada. Portanto, em que medida é que os trabalhos para a Revisão do PDM podem estar, enfim pode haver constrangimentos e podem estar prejudicados no avanço digo eu, pergunto eu, no tal avanço da revisão do PDM. Portanto, em que medida é que efectivamente a não publicação do PROT/AML pode prejudicar o trabalho de aprofundamento da revisão do PDM.

Outra questão, é também um assunto que nos parece muito grave e muito complicado se for para a frente, que é a intenção da privatização das águas. Aliás lembro que agora a recente consulta popular na Itália, também demonstrou por esmagadora maioria que os povos, as populações, estão contra as privatizações da água. Ora conhecido que é a intenção da privatização, conhecido que é intenções do Governo que há-de tomar posse, mas já foi anunciando nas suas políticas de privatização, que pretende a privatização da água, se isto efectivamente for para a frente e nós estamos disponíveis para lutar contra isto, mas se isto efectivamente for para a frente que consequências também para o Município de Almada e para os Municípios de Almada, já que aquilo que conhecemos, onde existe privatização destes sectores, as pessoas não só pagam mais como estão pior servidas.

Portanto, eram estas duas questões que gostava de colocar."

8.2.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Filomena Silva (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu peço desculpa de só falar da Charneca da Caparica, mas de facto é a Freguesia onde moro e que estou eleita pelo Bloco de Esquerda e de facto o ano passado foi muito complicada a questão da limpeza, já aqui se falou muito, não quero bater mais na mesma tecla, mas de facto penso que dadas as características da Freguesia, portanto a Freguesia da Charneca e mesmo tirando a Mata, a Freguesia que tem maior área urbana. Portanto, partindo do principio que não se pode tratar igual o que é diferente, é um alerta que eu deixo aqui, para o próximo Verão que já está muito próximo, já estamos quase a entrar no Verão, sabendo que a Charneca é uma Freguesia que tem muitos veraneantes, portanto o problema vai agravar-se e de facto tem que ter uma solução porque não pode passar-se o mesmo que se passou o ano passado.

A questão dos passeios que aqui também foi falada é realmente gritante, porque é assim, a gente compreende, a Freguesia é muito grande, são 12 km, tem muitos lugares, portanto os meios existentes de facto não são suficientes, agora há que arranjar uma solução.

E eventualmente transferindo até, eu até proporia quando chegar a altura de se falar do IMI, que houvesse uma redução do IMI para quem tratasse do seu passeio por exemplo.

Eu trato do meu, mas há muita gente que não consegue tratar, de facto tem ervas, eu tenho fotografias que vou pôr no meu blogue brevemente, que aquilo é uma selva, aquilo não é um passeio. Isto está a proliferar pela Charneca de Caparica, e depois há um problema muito grave, eu não sei se este ano vamos ter muitas carraças, mas houve um ano em que tive que chamar uma empresa para não ter as carraças a subir pela parede. Portanto, é uma questão de saúde pública, eu sei que nós só trazemos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

problemas, problemas, mas de facto temos que planear as coisas para que os problemas não se agrave, e portanto é uma forma também de tentar arranjar soluções, planeando. E de facto a Charneca tem que ser encarada como uma Freguesia quer queiramos quer não, ela é diferente das outras. E os censos que agora deveremos o resultado brevemente, há-de confirmar que a Charneca deve ser pelo menos a segunda maior Freguesia em termos de população residente, fora aquela que vem no Verão. Portanto, era um alerta de planeamento para um curtíssimo prazo.

8.2.2.6 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria começar exactamente por esta questão da limpeza, de facto é uma área extremamente difícil, complexa como todos conhecemos e nós não tratamos igual o que é diferente, embora obviamente que as situações com que nos confrontamos todos os dias nos vão sempre alertando para a necessidade de ponderar, de aperfeiçoar de ver se está bem, se é necessário, se é possível de ir ainda mais longe e resolver melhor. Eu queria só dizer que neste período de dois meses foram removidos quinze mil toneladas de lixo. Por exemplo, isto penso que dá bem a ideia da dimensão do problema que nós temos, do que são os resíduos sólidos no nosso Concelho. Quinze mil toneladas, dois meses é qualquer coisa de extraordinário. E todos os dias nós temos na rua centenas de trabalhadores, dezenas de carros, etc., por aí fora, sabemos que é assim. As Freguesias mais rústicas do nosso ponto de vista têm privilégio mas também um problema grande. O privilégio é de ter de facto espaços verdes naturais de grande dimensão onde a natureza de facto é expressiva, o que não acontece nas zonas de Cidade impermeabilizadas, etc., mas depois obviamente que tem o problema das ervas, quando essas espécies secam, é um problema porque é preciso cortar e por isso se diz aqui e acolá que há ervas com uma determinada altura, etc.. Nós temos trabalhadores voltados para esse trabalho, com sistemas de capinagem mecânica, e eles estão na rua por todo o Concelho, é evidente que quando nós entramos no período seco não fica só num sítio a erva seca, fica pelo Concelho inteiro, fica por todas as bermas que existem no Concelho, portanto não podemos desviar em absoluto todos os trabalhadores que fazem a limpeza das ruas, por exemplo, para fazerem o corte dessas ervas secas que abundam de forma muito expressiva por todo o Concelho. Portanto, é necessário dar atenção a este problema, mas as questões têm que ser equacionadas com equilíbrio e portanto há este trabalho permanente, regular, mas com uma gestão equilibrada. Eu não vou aqui referir a questão dos recursos, hoje temos os que temos, vamos ver no futuro quantos teremos, nós hoje temos empresas a trabalhar já reforçando aquilo que é a intervenção dos Serviços Municipais. Temos a cooperação nas Juntas de Freguesia, aquilo que é a recolha dos monos e aparas de jardins e é um trabalho extraordinário de reforço da intervenção municipal, mas também temos empresas, temos na Costa da Caparica, temos em Cacilhas, temos na Cova da Piedade e temos em Almada, e é um esforço financeiro enorme que é feito, isto é verdade. Vamos ver com aquilo que vem aí do chamado acordo com a Troika o que é que nos vai trazer. Nós ficamos arrepiados quando ouvimos dizer que por cada cinco trabalhadores só pode avançar um, eu pergunto se isto se colocar assim mesmo com esta natureza e esta forma, ignorando aquilo que é a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

realidade, como é que por exemplo a limpeza e outras áreas se vão enfrentar, como é que tudo isto se vai enfrentar, podem crer que é hoje já uma preocupação seríssima que nós temos no nosso Concelho. Portanto eu queria deixar nota que não estando também satisfeitos com aquilo que é a realidade e sobretudo o Verão é complicado, os trabalhadores também têm férias, os trabalhadores não podem ser remetidos apenas para férias no inverno, os trabalhadores da limpeza são tão dignos como todos os outros trabalhadores, e portanto gerir esta área não é nada fácil, é de facto um processo que exige e tem exigido até com os próprios trabalhadores um diálogo muito intenso e muitas vezes muita compreensão da parte de muitos trabalhadores que se disponibilizam para, compreendendo o problema também cooperar com a população, cooperando com o nosso município. Portanto, eu penso que não é deixar de abordar as questões aqui trazidas, não é dizer que esta matéria não deve merecer atenção, acompanhamento e aperfeiçoamento permanente, mas também penso que todos temos que ter a noção real da dimensão do problema, da complexidade do problema. Nós precisamos de pôr nas praias, em vinte quilómetros de praia, de Junho a Setembro limpar o areal por inteiro, e não há recursos que sejam aumentados, nem financeiros, nem humanos, não há ninguém. As instituições da Administração Central têm jurisdição sobre a praia, mas não vão limpar as praias, ninguém limpa as praias se não forem as autarquias locais que não têm competência de facto sobre a zona das praias. Se não forem as Câmaras Municipais a limparem as praias, o lixo avoluma-se e não se pode viver a época balnear nas praias. E nós temos oito milhões de visitantes em quatro meses, oito milhões de visitantes nas praias da Costa da Caparica, e portanto meus queridos amigos eu acho que partilhar estes dados é também algo de extraordinariamente importante para todos melhor compreendermos a situação. E é evidente que têm que ser desviados trabalhadores de algumas áreas mais urbanas para esta área, além de até agora ter sido possível contratar em termos sazonais, não sei até quando é que isto vai ser possível, mas nós levamos à Câmara um pedido de autorização, a Câmara autorizou para podermos ainda recorrer a este recrutamento sazonal de quatro meses, aumentando a capacidade de intervenção neste território. Não sei até quando é que isto vai ser possível. E também não sei até quando vai ser possível aguentar o esforço financeiro de quatro empresas particulares a reforçarem aquilo que é a intervenção do Município ao nível da limpeza. Acho que todos devemos acompanhar com o mesmo empenho e a mesma atenção aquilo que vai ser a evolução da situação das autarquias, em particular da nossa, naquilo que vão ser os constrangimentos do ponto de vista dos recursos financeiros e dos recursos humanos e dos recursos materiais. Nós hoje estamos bem estando mal, tendo problemas como aqui dizemos e como nós sentimos, estamos bem, porque temos recursos, estamos a atacar com os recursos que temos, investimentos um milhão de euros em novo equipamento como aqui foi dito, mas até quando é que isto vai durar? Até quando é que isto vai ser possível? Vamos ver, vamos acompanhar. Eu acho que isto era importante que aqui fosse partilhado com todos. Queria dizer-vos que não é verdade que a Câmara Municipal trate diferente as Freguesias do interior. Quando nós falamos de área verde, de espaços verdes, eu digo-vos que as Freguesias não urbanas têm muito mais área verde e parques do que as Freguesias urbanas. E basta ler este Relatório para nós podermos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

verificar isso mesmo. Por exemplo, a Charneca da Caparica tem o Parque Aventura com vinte e três mil e quinhentos metros quadrados, o Parque da Regateira com dez mil metros quadrados, o Parque Urbano das Quintinhas com cinquenta e quatro mil metros quadrados. Por exemplo a Sobreda tem o multiusos com setenta e cinco mil, tem também mais um de cinco mil e quinhentos. E só dizer que Almada por exemplo tem um de dezanove mil, é pena se calhar daqui a um bocadinho Almada vai "bater-me". Mas é verdade isto, se nós olharmos para os jardins, nós vamos verificar também de facto, que por exemplo, a Caparica tem dezasseis mil e trezentos metros quadrados de jardins, a Charneca tem catorze mil trezentos e sessenta metros quadrados, a Sobreda tem doze mil setecentos e sessenta metros quadrados. Gostava que considerassem esta situação de uma forma descomprometida, isenta, etc.. Nós fizemos de facto a avaliação de tudo isto para melhor podermos avaliar e de facto eu estou preocupada com algumas Freguesias, por exemplo com a Trafaria, porque nós precisamos de por exemplo na Trafaria não conseguimos fazer um Parque Urbano, é um problema muito sério, ele está identificado como uma grande possibilidade, mas é um absurdo por exemplo, que o Instituto da Conservação da Natureza e a Secretaria de Estado do Ambiente não tenham viabilizado a criação de um parque urbano na Freguesia da Trafaria, naquela zona que é uma zona de Pinhal a morrer em condições em que os próprios pinheiros estão em condições fitossanitárias más, e etc., e tenha remetido isto para um Plano de Pormenor que depois não se pode fazer por isto ou por aquilo, ou pelo menos vai ficando adiado durante muito tempo. E nós agora estamos a tratar, eu e a nossa Presidente na análise de um pequeno espaço para tentarmos ver se conseguimos obter a tal autorização porque o terreno também não é da Câmara para conseguirmos ali fazer um pequeno Jardim. Tenho preocupações tenho. E isto quer dizer que olhamos de facto para o nosso território de uma forma por igual sendo verdade que os constrangimentos acabam por muitas vezes dificultar a própria intervenção. Queria deixar nota por exemplo, de que os trabalhadores dos espaços verdes, é um aspecto que me parece importante realçar aqui nesta nossa Assembleia Municipal, que neste período fizeram oito mil quinhentas e vinte e três horas de trabalho, não estiveram a fazer outra coisa senão a tratar dos espaços verdes, plantar árvores, etc., etc.. É evidente que ainda não chegaram às árvores do Deputado Miguel Duarte, não-de lá chegar. Eles têm um plano de replantações, têm um plano de trabalho como também as próprias zebras, etc.. Há um plano, não chegaram, não-de chegar. Há aqui também muitíssimo trabalho identificado. São oito mil quinhentas e vinte e três horas que estes trabalhadores fizeram em dois meses e com certeza à chuva e de todas as formas trabalhando para tratar bem o nosso Concelho e acrescentar tanto quanto possível mais. Estão aqui algumas novas árvores plantadas, mas também é preciso ter em conta que a sazonalidade desta área também leva a que os recursos humanos sejam mais canalizados para determinado tipo de trabalho em determinados períodos do que para outros tipos de trabalho. E portanto as pessoas trabalham oito mil e tal horas mas direccionadas naturalmente para uma intervenção adequada e exigida pela época respectiva. Portanto, queria deixar estas notas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Também queria deixar nota de que, enfim, eu tenho uma grande ambição para o nosso Concelho e não quero a limpeza alinhe por 89/93, quero muito melhor, eu quero que a limpeza seja muito melhor do que no período de 89/93 Sr. Deputado Miguel Duarte, muito melhor, é essa a minha ambição, e já era quando o Sr. lá esteve e já era quando o Sr. era Vereador da limpeza. A minha ambição com o Sr. na limpeza e nos espaços verdades não calcula como era grande, não consegui lá chegar, que pena, o Sr. também não, mas tinha também ambição de lá chegar e não conseguiu. Pois é, não basta a ambição, pois é, a realidade, os recursos, etc.. O Sr. sabe que eu sei que sabe, que é muito diferente dizer, do que fazer. E o Sr. era um homem trabalhador e não conseguiu chegar aos níveis daquilo que pretendia alcançar, motivando os trabalhadores, envolvendo-se, etc., não conseguiu, e há outros naturalmente também são tão ambiciosos ou mais do que o Sr. e querem também alcançar o melhor com o seu esforço e com o seu trabalho. Queria deixar também nota de que relativamente à 377 nós estivemos na Charneca nas Opções Participativas e estivemos ali e a partilhar com a população aquilo que são os constrangimentos daquela via, e estivemos ali a dizer, o Sr. Presidente da Junta lá esteve também, não vi lá o Miguel Salvado, mas ali estivemos a discutir aquilo que é a realidade daquela via, que era uma antiga Estrada Nacional herdada dos velhos tempos onde só havia estradas nacionais dentro do Concelho. Não há muito tempo, há cerca de vinte anos, e nós estivemos ali com uma grande ambição, vamos ver onde chegamos e quando lá chegamos, e não vendemos gato por lebre a ninguém, nós dissemos à população, isto que está aqui é difícil, era desejável haver uma grande alameda, uma avenida na actual Estrada Nacional. Onde é que será possível chegar? E deixamos inclusivamente a nota de que precisamos de ganhar também os proprietários, de moradias que estão muito em cima, com muros em cima da estrada que é preciso alargar, eventualmente algumas casas velhas com todo o respeito pelas casas velhas, as pessoas têm que morar, mas muitas vezes são dificuldades muito grandes que encontramos pelo caminho quando até parece possível, porque era possível encontrar uma solução, por exemplo, veja-se o estrangulamento junto a Vale Rosal, o que é que se tem feito? Imenso trabalho, e ainda não se conseguiu com o proprietário que as condições fossem criadas para se alargar aquele funil que ali está. Mas estivemos lá e o trabalho está a ser feito e havemos de voltar conforme foi dito, não com a solução acabada porque ela vai ter que ser construída com as pessoas, porque há medida que as pessoas perceberem o que é preciso que cada um dê, que cada um faça, que cada um compreenda e se disponibilize, certamente que a solução estará mais próximo de ser encontrada. Porque a nossa grande perspectiva e está colocada e não estou a dizer que é em 2013, ou que é em 2012, ou que é em 2015, ou se é em 2014, é preciso trabalhar para lá chegar porque o grande propósito é que depois do IC32. Infelizmente na desgraça que está o IC32, é uma afronta ao nosso Concelho, o IC 32 é uma mancha neste Concelho, é um crime neste Concelho, o IC32 é um crime neste Concelho. E eu de facto ouço falar muito de crimes, mas nunca ouvi dizer que o IC32 é um crime e um crime de lesa Pátria, nós olhamos para aquele território e vemos as feridas gravíssimas que aquele território apresenta, aquelas obras de arte que são uma agressão violentíssima ao território, à paisagem, as ligações à envolvente, aquilo é um verdadeiro crime que ali está, é um projecto que nunca



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

deveria ter sido aprovado, nem executado e a história ainda não acabou, ainda não está acabada, ainda há muito por contar em relação a esta história, e todos nós estamos unidos em relação a este processo. Todos nós estamos unidos, todos os autarcas até hoje estiveram unidos, na contestação daquele projecto e da forma como tudo aquilo evoluiu, incluindo obras sem avaliação de impacto ambiental, incluindo obras sem cumprir a Declaração de Impacte Ambiental, incluindo obra que não respeita uma Lei da Assembleia da República ao nível daquilo que é o traçado do IC32 aprovado pela Assembleia da República, ainda vai haver muito para contar e muito para esclarecer à volta desta estrada, mas ela é importante, e quando ela estiver concluída bem ou mal e parece muito mais mal do que bem, nós teremos então tal como está perspectivado condição para transformar aquela que é hoje a Estrada Regional 377/1 numa via urbana até onde formos capazes. E é para isso que se está a trabalhar, e é aí que naturalmente todos queremos chegar e desejamos poder chegar.

Queria deixar nota que, nós temos coisas bonitas e depois temos obras menos boas. Ainda bem que é possível dizer que há coisas bonitas que a Ramalha que ficou bonita, que ficou bem e temos ali um problema ao lado. Pois é, é preciso lá chegar, havemos de lá chegar, é preciso chegar a tudo. Mas também há coisas boas.

Queria deixar nota do seguinte, em relação à Revisão do PDM, o que nós temos é novamente um processo em termos de PROT, que nos preocupa. Portanto, o processo do PROT levou muitos anos, chegou a um ponto com as nossas reservas, todos nós sabemos que aprovámos posições muito firmes em termos da nossa Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, reservas relativamente à proposta do PROT sobre o nosso Concelho, mas obviamente a expectativa era PROT ratificado e ainda apelamos para o Conselho de Ministros no sentido de aquilo que mais nos fere, que é a expansão portuária da Trafaria ser mesmo posto de lado. Mas, é fundamental que haja um PROT, é fundamental. Portanto, como é que se pode concluir um Plano Director Municipal, desenvolver uma visão para o território sem um PROT? Temos área portuária ou não temos área portuária? Temos atravessamento ferroviário de mercadorias ou não temos atravessamento ferroviário de mercadorias? O PROT naquilo que alterou, a alteração naquilo que apontava para a alteração do Plano em vigor mantém-se ou não se mantém? Portanto, os Planos Directores Municipais devem-se conformar com os PROT.

Claro que os Municípios podem desenvolver uma proposta que não se conforme, mas obviamente correm o risco de fazer seguir o processo até Conselho de Ministros e depois naturalmente ser recusado porque não cumpre o PROT, e depois voltamos ao princípio e gastamos novamente um tempo infinito. Portanto, é fundamental que esta questão do PROT que neste momento é um impasse, e temos que perceber como é que evolui, como é que vai fazer o Governo do PSD, vai ratificar ou não vai ratificar a Proposta de PROT que está apresentada, como é que isto vai ser? É certo que a proposta está feita, a posição do Município foi assumida, nós dissemos não queremos área portuária, não queremos outras coisas como o atravessamento ferroviário de mercadorias, mas agora não podemos adivinhar o que é que vai acontecer a seguir. Uma coisa é verdade, está parado. Portanto, o que é que nós temos? Em termos de Plano Director Municipal nós temos estado a trabalhar, não estivemos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

parados e portanto temos neste momento e até tinha sugerido ao Sr. Presidente que pudéssemos pré-agendar uma data para podermos fazer uma reunião como habitualmente fazemos em relação a outros trabalhos de planeamento, mas as condições não se apresentaram possíveis porque houve dificuldades de agendas, mas nós temos trabalho de definição de âmbito, temos todos os estudos de caracterização concluídos praticamente e o quadro prévio de ordenamento. Portanto, estão em fase final de conclusão estes trabalhos, que são trabalhos técnicos e são eles também que depois nos vão permitir com a compreensão daquilo que é o estado do território e do Concelho a vários níveis podermos depois passar para o patamar seguinte, mas aí vamos ter a questão fundamental que é, que visão? Que visão? Mas há trabalho, não estamos parados há trabalho e estamos a querer que se reúnam condições para podermos fazer uma reunião que terá que ser de várias horas, mesmo de várias horas para podermos abordar todo o trabalho que está feito e situar os nossos colegas autarcas relativamente a este trabalho. A questão das carraças é importante que isso chegue, porque nós temos uma empresa sempre contratada para trabalho regular e permanente, uma empresa que é contratada pela Câmara para fazer desinfestações e portanto sempre que essas situações sejam detectadas nós agradecemos pela linha verde de ambiente, que sejam transmitidas, porque depois transmitimos à empresa de modo a que actue e evite esses problemas. Sabemos que é uma época mais complicada com os animais também que vão por aí vagueando e é preciso atacar porque é uma situação em termos de saúde pública que temos que ter a máxima atenção."

8.2.2.7 - O Sr. Vereador José Gonçalves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria apenas responder à questão que a Sr.^a Deputada Luísa Ramos aqui colocou e de uma forma muito rápida dizer que do meu ponto de vista que acompanho as questões relativas ao sector da água e que naturalmente penso como a maioria de nós defende que a água pública deve ser gerida por entidades públicas, eu diria que já uma má notícia e uma boa notícia. A má notícia é de que ainda que não a privatização do sector, tudo indica que, pelo menos o programa do PSD assim o tinha, o programa do Governo não conhecemos, mas que haverá intenção de privatização das Águas de Portugal. As Águas de Portugal corresponde a qualquer coisa como 80% do sector da água em Portugal e portanto não será com certeza a privatização do sector da água, mas é pelo menos um caminho, é um andar no sentido de a intervenção de privados também nesta área. Portanto, é do nosso ponto de vista uma má notícia, não tenho tempo para explicar.

Uma boa notícia é naturalmente o resultado que a população da Itália deu ao referendo relativo à privatização da água. 95% do eleitores votaram contra a privatização da água e a defesa da água pública e naturalmente contra o aumento do preço da água enquanto bem essencial à vida.

Depois, a nossa convicção é de que haverá lugar para a luta em defesa de quer do sistema público de gestão da água, quer no serviço público de água. E essa luta naturalmente tem que ser desenvolvida, nós aqui no Município de Almada estamos em boas condições para a travar, porque temos um serviço municipalizado com indicadores de resposta que podem ser comparados com qualquer outra entidade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como sabemos de qualquer outra natureza. E portanto há aqui campo naturalmente para a nossa população, para as nossas entidades lutarem para que não havendo razões para mudar, naturalmente se mantenha este serviço que já demonstrou ser um serviço de excelência."

- 9** - Não havendo mais pedidos de palavra e tendo em consideração a hora foi decidido interromper os trabalhos.
- 10** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.
- 11**- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Fernando Fitas, do Jornal de Almada e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de sessenta e nove Senhores Múncipes.
- 12** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.
- 13** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H50 do dia 17 de Junho de 2011.
- 14** - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____